

**INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS:
Os impactos da alteração normativa em Portugal**

Carina Fabíola Gonçalves da Encarnação

**Projecto de Mestrado em Finanças
e Controlo Empresarial
Área Científica: Contabilidade**

Orientadora:
Dra. Ana Isabel Morais

Dezembro 2009

Resumo

Num cenário de intensa globalização de mercados e economias, as dicotomias existentes entre os países em termos de relato económico-financeiro tendem a atenuar-se suportado pela crescente necessidade de harmonização contabilística.

Em Portugal, o processo de harmonização deu um passo importante em 2005 aquando da obrigatoriedade de aplicação das IAS/IFRS por um determinado grupo de sociedades. Com a aprovação do SNC em 2009, que entra em vigor após 1 de Janeiro de 2010, aproximamo-nos das normas de relato aplicadas na maioria dos países europeus.

Pretende-se verificar se as alterações resultantes da aplicação de um novo normativo contabilístico resultam em oscilações relevantes nos indicadores económico-financeiros cujos dados são suportados na informação de relato apresentada pela sociedade e de outros dados relevantes do mercado ou de entidades externas.

Na amostra considerada, procuramos analisar os impactos nos resultados obtidos no cálculo dos rácios económico-financeiros de uma sociedade portuguesa ao longo dos últimos 4 anos, de acordo com as demonstrações financeiras elaboradas segundo o POC e as IAS/IFRS.

Do estudo concluiu-se que a aplicação dos normativos contabilísticos POC e IAS/IFRS (base de referência considerada no SNC) origina resultados distintos nos valores dos rácios, permitindo aferir que o relato financeiro preparado através de POC apresenta limitações de comparabilidade face aos países europeus integrados no processo de harmonização contabilística desenvolvido pelo IASB e adaptado pela União Europeia.

Palavras chave: *Globalização, Harmonização Contabilística, Rácios, Análise financeira*

JEL Classification: *D82, M21, M41*

Abstract

Against a background of intense globalization of markets and economies, the dichotomies between countries in terms of economic and financial reporting will diminish supported by the growing need for harmonization of accounting.

In Portugal, the harmonization process took a major step in 2005 when required the application of IAS / IFRS by a particular group of companies. With the approval of the SNC in 2009, will come into force after 1st January of 2010, we will approach, the reporting standards applied in most European countries.

The aim is to verify if the changes resulting from the implementation of new accounting standards outcome as fluctuations in the relevant economic and financial indicators for which data are supported in reporting information submitted by the company and other relevant market or external entities.

In the sample, we analyze the impacts on the results obtained in the calculation of financial ratios of a Portuguese company over the past 4 years, according to financial statements prepared in accordance with the POC and IAS / IFRS.

This study concluded that the use of POC accounting standards and IAS / IFRS (base considered in the SNC standards) results in different ratios values, and allow us to verify that financial report prepared by POC standards has comparability limits with the countries that integrates the accounting harmonization process developed by the IASB and adopted in European Union.

Keywords: Globalization, Accounting harmonization, Ratios, Financial analysis

JEL Classification: D82, M21, M41

Lista de abreviações

ABDR – Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados

CANSNC – Comissão de Acompanhamento do Novo Sistema de Normalização Contabilística

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

CSC – Código das Sociedades Comerciais

DACP – Demonstração de Alterações no Capital Próprio

DC – Directriz Contabilística

GAAP – Generally Accepted Accounting Principles (Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites)

IAS – International Accounting Standards (NIC – Normas internacionais de contabilidade)

IASB – International Accounting Standards Board

IFRS – International Financial Reporting Standards (Normas internacionais de relato financeiro)

MEP – Método de Equivalência Patrimonial

NCFR – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

PCGA – Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites

POC – Plano Oficial de Contabilidade

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

UE – União Europeia

ÍNDICE DE QUADROS

▪ Quadro 1 – Qualidade de informação financeira prestada pelas entidades com IAS/IFRS	18
▪ Quadro 2 – Impactos nas demonstrações financeiras das entidades com valores cotados na Euronext que adoptaram pela primeira vez as IAS/IFRS em 2005	19
▪ Quadro 3 – Classe de contas POC versus SNC	21
▪ Quadro 4 – Demonstrações Financeiras POC versus SNC	21
▪ Quadro 5 – Balanço: Composição do Activo e do Passivo	23
▪ Quadro 6 – Custos e Perdas Versus Gastos e Perdas	25
▪ Quadro 7 – Proveitos e Ganhos Versus Rendimentos e Ganhos	26
▪ Quadro 8 – Estrutura de Negócio da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, SA.....	47
▪ Quadro 9 – Demonstração de alterações no capital próprio 2005: Primeira aplicação das IAS/IFRS na sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	50
▪ Quadro 10 – Balanço: valores POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008	51
▪ Quadro 11 – Balanço: variação POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008	52
▪ Quadro 12 – Demonstração dos resultados: valores POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008.....	53
▪ Quadro 13 – Demonstração dos resultados: variação POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008.....	54
▪ Quadro 14 – Rácios de rendibilidade: valores POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008	55
▪ Quadro 15 – Rácios de rendibilidade: variação POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008	55

▪ Quadro 16 – Rácios de solvabilidade e autonomia financeira: valores POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008	56
▪ Quadro 17 – Rácios de solvabilidade e autonomia financeira: variação POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008	57
▪ Quadro 18 – Rácios de endividamento: valores POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008	58
▪ Quadro 19 – Rácios de endividamento: variação POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008	59
▪ Quadro 20 – Rácios de liquidez: valores POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008	59
▪ Quadro 21 – Rácios de liquidez: variação POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008	60

ÍNDICE

Sumário Executivo	2
1. Introdução	5
2. Revisão da literatura relativa ao tema	9
3. Análise das diferenças e alterações entre os normativos contabilísticos: POC, IAS/IFRS e SNC	20
3.1. As Demonstrações Financeiras.....	20
3.2. Principais efeitos nas demonstrações financeiras.....	26
3.3. Quadro síntese das principais diferenças e alterações entre POC – SNC – IAS/IFRS	27
4. Indicadores económico-financeiros	34
4.1. Enquadramento.....	34
4.2. Descrição dos indicadores a analisar	36
4.2.1. <i>Rácios de Rendibilidade</i>	37
4.2.2. <i>Rácios de estrutura de capital e de cobertura</i>	39
4.2.3. <i>Rácios de Endividamento</i>	41
4.2.4. <i>Rácios de liquidez ou de situação financeira</i>	43
5. Estudo Empírico	47
5.1. Caracterização da Empresa de análise.....	47
5.2. Objectivo do Estudo e método de recolha de dados.....	49
5.3. Análise de informação	49
5.3.1 <i>Balanço</i>	51
5.3.2 <i>Demonstrações dos Resultados</i>	52
5.3.3 <i>Rácios de Rendibilidade</i>	54
5.3.4 <i>Rácios de Solvabilidade e Autonomia Financeira</i>	56
5.3.4 <i>Rácios de Endividamento</i>	57
5.3.5 <i>Rácios de Liquidez</i>	59
5.4. Conclusões do estudo	61
6. Conclusões e Contributos do Projecto	65
ANEXOS	71

Sumário Executivo

Nos últimos anos temos vindo a assistir a uma aproximação do normativo contabilístico aplicado em Portugal com o aplicado pelos restantes membros da União Europeia, devido à intensa globalização de mercados e economias e de forma a atenuar as dicotomias existentes com outros países em termos de relato económico-financeiro, nomeadamente na informação sobre a evolução da situação financeira e do desempenho.

A harmonização contabilística surgiu com a necessidade de criar um relato financeiro de cariz económico; de reduzir o risco da informação, através da transparência obtida através de políticas de divulgação mais detalhadas; de melhorar a organização interna e de eliminar diferenças na “linguagem internacional” potenciando os negócios.

Em 2005, através da transposição da directiva 2003/51/CE para o normativo nacional através do Decreto-Lei n.º 35/2005, passou a ser obrigatória a elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as IAS/IFRS para determinados grupos de entidades, nomeadamente para sociedades com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado.

No decorrer de 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009. D.R. n.º 133, Série I de 2009-07-13, é revogado o actual normativo contabilístico vigente, o POC, a partir de 1 de Janeiro de 2010, sendo substituído pelo SNC cuja concepção assenta nas normas IAS/IFRS e altera a forma de “pensar”, “fazer” e “ler” a contabilidade em Portugal.

O objectivo do presente projecto de mestrado consiste na análise dos impactos da alteração do normativo contabilístico adoptado na elaboração do relato financeiro da entidade nas suas demonstrações financeiras e, mais concretamente, nos indicadores económico-financeiros de rendibilidade, de estrutura de capital e de cobertura, de endividamento e de liquidez ou da situação financeira.

Com este estudo pretendemos alertar os preparadores e utentes da informação de relato para as diferenças existentes, relevados em análise financeira, em projecções, na comparabilidade de entidades e sectores e ainda no auxílio da tomada de decisão de investimento e de gestão.

Para alcançar os objectivos a que nos propomos analisámos as principais diferenças e alterações face à aplicação de normativos contabilísticos distintos, o POC, a IAS/IFRS e o SNC na apresentação do relato financeiro e nas principais rubricas das demonstrações financeiras.

Em seguida, identificámos os rácios económico-financeiros de rendibilidade, solvabilidade, autonomia financeira, endividamento e liquidez, de acordo com a sua composição e entendimento dos resultados segundo os analistas financeiros.

Para a elaboração do estudo empírico, considerámos as demonstrações financeiras individuais da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A., dos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, apresentadas segundo o normativo POC (obtidas através da certidão de prestação de contas) e as IAS/IFRS (relatórios e contas publicados no site <http://www.jeronimomartins.pt>). Com base nesta informação calculámos os indicadores económico-financeiros identificados anteriormente.

Analisámos as variações globais nas demonstrações financeiras apresentadas de acordo com os dois normativos, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados, e nos indicadores económico-financeiros.

Do estudo concluiu-se que, com a utilização de diferentes normativos contabilísticos POC e IAS/IFRS (base considerada na concepção do SNC) na preparação do relato financeiro obtemos algumas variações nas rubricas das demonstrações financeiras e nos valores dos rácios.

Nas demonstrações financeiras consideradas, balanço e demonstração de resultados, verificámos que as variações não se relevaram significativas em balanço, ao invés das rubricas de resultados operacionais e os resultados correntes na demonstração de resultados, proveniente, entre outras razões, da incorporação dos denominados “itens extraordinários” previsto em POC e excluído da terminologia IAS/IFRS e SNC e que se encontra incluso nos resultados de acordo com a sua natureza.

Nos indicadores económico-financeiros verificámos que estes apresentam resultados diferentes de acordo com o normativo contabilístico adoptado, principalmente no

indicador de rentabilidade do activo (ROI), nos rácios de cobertura do investimento (imobilizado) e de encargos financeiros, na capacidade de endividamento e de liquidez.

As divergências identificadas derivam de critérios de reconhecimento, desreconhecimento e de mensuração distinto entre os normativos, não existindo uma variação linear nos indicadores deste estudo.

Além disso, o regulamento (CE) nº 1263/2008 da comissão de 16/12/2008 transpõe a última alteração introduzida pelo IASB na IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, evidenciando novas divergências para o SNC que entra em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O relato financeiro preparado através de POC apresenta limitações de comparabilidade face aos países europeus integrados no processo de harmonização contabilística desenvolvido pelo IASB, tendo em consideração que existem diferenças na apresentação, divulgação e em valor nas demonstrações financeiras. O SNC que foi preparado tendo em consideração as normas IAS/IFRS em vigor em 2007, apresenta já algumas divergências face ao normativo adoptado na União Europeia.

1. Introdução

Com a alteração do sistema normativo contabilístico em Portugal, torne-se premente reflectirmos sobre os impactos da aplicação desse normativo, que poderão advir na análise económica e financeira de uma entidade, quer seja interna, quer externa.

Num cenário de contracção económica, de maior exigibilidade e de restrição na concessão de crédito, é importante avaliarmos que alterações, positivas ou negativas, da reorganização e revalorização dos elementos de suporte para o cálculo de determinados indicadores económico-financeiros.

Um dos aspectos, cada vez mais, tidos em consideração pelas entidades prende-se com a gestão dos riscos associados ao seu negócio (de negócio, de mercado, de liquidez e de crédito), sendo primordial a capacidade de negociação perante e com terceiros, de forma a obter as melhores condições e ao mesmo tempo proteger os interesses que permitam gerar sustentabilidade à entidade.

Numa gestão eficaz é necessário um sistema de relato financeiro apropriado baseado no sistema de contabilidade financeira, que permita aos detentores de capital, bem como a potenciais investidores, obter informação fidedigna sobre a situação económico-financeira das entidades.

A introdução de um novo normativo, por analogia às *International Accounting Standards* e às *International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS) pretende transmitir uma maior confiança na qualidade da informação sobre a posição financeira, performance e as suas alterações, sendo útil na tomada de decisão.

A técnica mais utilizada pela análise financeira consiste em estabelecer relações entre conta e agrupamento de contas de Balanço, da Demonstração dos Resultados e da Demonstração de Fluxos de Caixa, ou de outras grandezas económico-financeiras, designado como rácio, índice, coeficiente ou indicador.

É expectável que no processo de transição de normativos, as primeiras demonstrações apresentadas, não sejam directamente comparáveis com períodos anteriores sendo

necessária a consciencialização e apreensão das suas implicações na leitura, compreensão e comparabilidade das mesmas.

Assentando em princípios e políticas distintas, poderá não ser possível a comparabilidade de rácios históricos baseados em critérios de mensuração e PCGA anteriores, originando valores díspares.

Poderão ser identificados activos e passivos que passarão a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, como é o caso de activos intangíveis adquiridos; activos e passivos relacionados com locações financeiras; activos biológicos; provisões para garantias a clientes, reestruturação e matérias ambientais; instrumentos financeiros e benefícios dos empregados.

Por outro lado, com o novo normativo, poderão deixar de ser reconhecidos como activos e passivos alguns itens, nomeadamente activos intangíveis gerados internamente, despesas de investigação e contratos de construção.

As alterações a introduzir poderá conduzir a reclassificações de activos e passivos em activos detidos para venda; unidades operacionais descontinuadas; investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos; activos biológicos e subsídios; e subsídios e apoios do governo.

Os critérios de valorização actuais assentam, em larga maioria, no custo histórico o que distorce o verdadeiro e apropriado valor que seria relevado.

Segundo o novo normativo, e também de acordo com as IAS/IFRS, o custo histórico deixa de ser regra e passa a ser excepção, devendo ser aplicados outros critérios como é o caso do custo considerado, do custo corrente, do valor realizável, do valor presente e do justo valor.

As rubricas que poderão revelar maiores impactos com a alteração do critério de mensuração são o goodwill; os activos e passivos relacionados com locações financeiras; as propriedades de investimentos, as imparidades de activos; os activos biológicos; os contratos de construção; as provisões para garantias a clientes,

reestruturação e matérias ambientais; os instrumentos financeiros e os benefícios dos empregados.

O trabalho desenvolvido de análise e de apuramento dos valores dos indicadores poderá incidir sobre as demonstrações financeiras e divulgações de uma ou várias sociedades, que poderá ser complementada com a informação externa do sector e do mercado em que se inserem.

Os analistas financeiros geralmente utilizam indicadores que possibilitam averiguar qual a situação e posição financeira presente das sociedades, bem como fazer projecções futuras. Os indicadores mais utilizados são os de rendibilidade, solvabilidade, autonomia financeira, endividamento e liquidez, sobre os quais recai este estudo.

Neste contexto, revela-se de extrema importância perceber os eventuais impactos na informação financeira de uma sociedade.

Devido à impossibilidade de trabalharmos com demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC, que apenas entra em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2010, seleccionámos uma sociedade portuguesa que se encontra cotada na Euronext Lisboa, e como tal obrigada a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as IAS/IFRS, que serviram de base na concepção do SNC (IAS/IFRS em vigor em 2007).

Sendo assim, a metodologia a adoptar nesta análise assenta em:

- Revisão da literatura relativa ao tema;
- Analisar as novas demonstrações financeiras (Balanço e Demonstração dos resultados) segundo o SNC face ao POC;
- Identificar, através de quadro síntese, as principais diferenças e alterações decorrentes da revogação do actual normativo contabilístico POC e da implementação do SNC e, em determinadas sociedades, das IAS/IFRS;
- Enquadrar, identificar e caracterizar os indicadores financeiros a analisar;
- Elaborar um estudo empírico, sobre a sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A., onde se testa e analisa os impactos nos indicadores financeiros resultantes da alteração de normativo contabilístico;
- Conclusões sobre o estudo desenvolvido.

Tendo em consideração a amostra, importa alertar que o sector e o mercado onde se insere, as políticas de gestão adoptadas, a composição dos seus activos e passivos e a actividade que desenvolve poderá originar impactos distintos nos resultados obtidos pela aplicação de sistemas de normalização contabilística como é o caso do POC, das IAS/IFRS e do futuro SNC.

O presente projecto de mestrado encontra-se estruturado em 4 partes: (i) a revisão da literatura, (ii) Análise das principais diferenças e alterações entre os normativos contabilísticos, (iii) Indicadores económico-financeiros e (iv) Estudo empírico.

2. Revisão da literatura relativa ao tema

Ao longo dos tempos, a informação de relato financeiro tem assumido uma importância cada vez maior, reflectindo-se na influência exercida na tomada de decisão de gestão, no posicionamento da entidade no mercado e na credibilidade junto das entidades credoras.

De acordo com Grosu (2009) é de extrema importância a apresentação das demonstrações financeiras que permitam aos seus destinatários uma leitura da estrutura da situação financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira.

No que respeita à situação financeira, as informações apresentadas deverão reflectir (i) os recursos económicos que se encontram sob o controlo da empresa e úteis para a determinação (i) da capacidade da empresa gerar fluxos monetários no futuro; (ii) da estrutura de financiamento; (iii) da partição dos lucros futuros, dos fluxos de tesouraria, de liquidez e solvabilidade da entidade; (iv) e da capacidade de se adaptar às mudanças do meio.

As informações sobre o desempenho acompanham a avaliação das eventuais alterações dos recursos económicos controláveis no futuro e a formulação de hipóteses sobre a eficiência da utilização dos novos recursos.

Por último, as informações sobre as alterações da posição financeira devem ter em consideração a análise das actividades de exploração, de financiamento e de investimento.

Estas informações destinam-se principalmente aos detentores de capital, potenciais investidores, gestores da entidade, funcionários, credores, devedores, o Estado e suas instituições.

A estrutura que melhor caracteriza o conhecimento económico (as informações sobre a actividade de uma entidade considerada útil pelos seus usuários na tomada de decisão) é a informação contabilística, representando dados sob o formato de números, símbolos,

fórmulas, que respeitam à situação e variação de activos, passivos e resultados de uma entidade.

A informação contabilística é real, precisa, operativa e complexa, sendo uma das principais bases de suporte à tomada de decisões de gestão, permitindo gerir os seus recursos financeiros e a actividade económica, quer a nível micro e macroeconómico.

Para Diaconu (2007) o processo de globalização torna necessário e urgente a harmonização dos sistemas contabilísticos, no intuito de ser possível propor um modelo de contabilidade financeira único. No entanto, o período de implementação será longo, mas consistente.

A harmonização global permitirá uniformizar a elaboração de relato e torná-lo mais transparente e comparável, que ajudará na tomada de decisão.

Barth, Landsman e Lang (2007), no estudo efectuado, concluíram que os valores contabilísticos das sociedades que aplicam as IAS/IFRS apresentam melhor qualidade na informação financeira, em comparação às que não aplicam estas normas.

Segundo Ball (2005) a adopção das IAS/IFRS é inevitável e desejável, no entanto sugere cautela devido a não existir dados históricos ou estudos académicos significativos que suportem o seu sucesso, nomeadamente no que diz respeito à contabilização ao justo valor em detrimento do custo histórico. A utilização de normas internacionais uniformes pode reduzir a concorrência entre os sistemas e a política global de longo prazo e poderá transformar o IASB como o representante politizado, polarizado e burocrático.

Mates *et al* (2009), expõem a importância da necessidade de normas contabilísticas a nível mundial, baseadas em princípios fundamentais, que sejam ser aplicados da mesma forma, tanto o FASB, bem como IASB ou pelos organismos nacionais de padronização.

Para tal contribuíram as opiniões de quem elabora as demonstrações financeiras, dos auditores e dos reguladores de uma legislação, que tornou ainda mais evidente que, de acordo com as normas adoptadas, o tratamento da informação e resultado obtidos eram divergentes entre eles.

Além disso, a evolução dos mercados financeiros e da globalização das economias tornaram ainda mais evidente a necessidade do balanço elaborado e apresentado seguindo critérios uniformes.

O balanço de acordo com as IAS / IFRS deverá capaz de contribuir para melhorar a imagem da empresa e representará de forma mais fiável os dados.

Assim, as normas IAS / IFRS devem permitir a destacar no balanço, juntamente com o património, informação financeira e da receita, a existência de riscos, que deverão se correlacionar com a natureza da actividade, as acções a praticar pela gestão da entidade para a redução dos riscos ou para a motivação das decisões de assunção de riscos.

Dargenidou, Mcleay e Raonic (2006) enfocaram o seu estudo na relação entre o custo de capital e lucros estimados, quando os princípios contabilísticos divergem de acordo com regimes regulamentares, como ocorre com os diferentes GAAP (Generally Accepted Accounting Principles) existentes na União Europeia (UE), cujo processo de harmonização contabilística se encontra gradualmente em curso.

Referem que a existência de sistemas contabilísticos distintos poderá influenciar o reconhecimento temporal dos ganhos e perdas, conduzindo a divergências nos resultados obtidos por uma entidade.

A adopção das IAS/IFRS deverá conduzir ao reconhecimento dos valores contabilísticos, de acordo com os mesmos princípios e no mesmo espaço temporal, quando as circunstâncias em que as empresas do mesmo sector operam são semelhantes.

Espera-se, assim, que dado o grau de integração do mercado financeiro europeu nos últimos anos, a variação dos ganhos entre países é susceptível de ser impulsionado, em grande medida pelas restrições impostas pela harmonização contabilística, originando diferentes taxas de rendimento económico.

As expectativas dos investidores não são observáveis e as previsões dos analistas poderão ser consideradas tendenciosas e imprecisas, influenciadas pela prática de alcançar ganhos de gestão, ou melhor, estes estão cientes da natureza conservadora dos

lucros divulgados e da sua influência nos ganhos futuros. As previsões são baseadas no lucro ajustado relatado, i.e., livre de itens extraordinários que poderiam contribuir para a variação nos lucros, e, como resultado desse ajuste, eles podem não reflectir as diferenças existentes na contabilidade internacional.

As IAS/IFRS impõem um maior nível de divulgação do que é geralmente exigido pelos outros normativos contabilísticos existentes. Quanto maior a divulgação antes da transição, e quanto mais próximas forem as políticas contabilísticas adoptadas, das estabelecidas pelas IAS/IFRS ou US GAAP, mais fácil será para os participantes do mercado de ligar o passado com o futuro e, desta forma, serem capaz de apurar os impactos contabilísticos sobre os fluxos de caixa futuros.

A transição para um outro conjunto de normas de contabilidade poderá ter consequências económicas na medida em que a divulgação prévia não é suficiente para informar os participantes do mercado sobre o impacto das alterações contabilísticas. No entanto, os custos envolvidos são susceptíveis de serem temporários e a dissipar-se durante a transição, dependendo dos níveis de divulgação e também sobre o conjunto de normas que é aprovado.

Para Petreski (2006), os efeitos da adopção das IAS/IFRS nas empresas são múltiplas, positivos e digno de destaque. O processo é acompanhado por muitos obstáculos, mas que, respeitados os princípios e regras, torna a informação de relato mais fiável para os negócios e, desta forma, contribui para um maior valor da informação.

O compromisso da empresa para uma melhor divulgação e transparência financeira que permitirá reduzir as assimetrias de informação entre os *insiders* (accionistas ou gerentes controladores) e *outsiders* (accionistas minoritários, credores e outros stakeholders).

Segundo Haskins (2002), existem diversas razões para que existam variações nos resultados financeiros entre as entidades.

As características específicas do sector em que se inserem, poderá, entre outras, (i) influenciar o montante de investimento a despende; (ii) a política de preços instituída

poderá impor uma margem de lucro muito baixa; e (iii) as condições de crédito praticadas.

A política de gestão praticada poderá influenciar os resultados obtidos, nomeadamente, a opção de financiar aquisição de activos por capitais alheios ou próprios.

Adicionalmente, o delegar de competências de gestão em algumas entidades, poderá, mesmo em entidades com as mesmas características e políticas de gestão semelhantes, originar resultados financeiros diferentes, porque a gestão é executada de forma diferente.

As razões identificadas acima encontram-se reflectidas nas demonstrações financeiras, e podem ser evidenciadas nos rácios financeiros.

Cantoni e Silvi (2007) realizaram uma abordagem do desempenho financeiro e da avaliação de risco em duas dimensões: a rentabilidade (como lucros, fluxos de caixa e crescimento) e responsabilidade financeira (situação, estrutura de capital e liquidez). O objectivo desta abordagem é analisar e comparar as dificuldades da capacidade informativa dos rácios na projecção futura de resultados.

Na opinião dos autores, não é conhecido nenhum sistema de avaliação baseado em rácios financeiros inequívocos e de uma teoria robusta subjacente que permita avaliar o impacto económico e o desempenho financeiro.

Os resultados obtidos no estudo de uma determinada empresa italiana demonstraram que a combinação linear das relações em matéria de responsabilidade, liquidez e estrutura de capital e dos índices relativos ao crescimento, obtenção de lucros e fluxo de caixa revelam informação significativa para identificar problemas financeiros futuros.

É de referir, que os autores remetem para futura pesquisa a eficácia dos rácios, de amostras em diferentes contextos.

As propriedades dinâmicas dos rácios financeiros têm sido objecto de vários estudos empíricos. A simplificação da imobilidade e cointegração nos rácios financeiros foram

discutidos por Whittington e Tippet (1995, 1999), que concluíram, através de testes estatísticos, que os componentes financeiros rácios apresentam estacionariedade que não é eliminada pelo rácio de transformação. Demonstram também que o grau de co-integração entre os componentes proporção varia consideravelmente entre os diferentes rácios financeiros.

Ioannides, Peel e Peel (2003) investigaram se a propriedade estática é consistente com o processo de reversão dos rácios financeiros, sugerindo que a relação de séries financeiras individuais são “não-estacionário”, o que implica uma forte persistência dos rácios e coloca a questão quanto à sua caracterização na integração de processos.

McLeay e Stevenson (2006) referem que a utilização dos rácios financeiros por analistas para comparar a performance das entidades com os seus concorrentes (nacionais e internacionais) e de um período para o seguinte tem se demonstrado de importância crescente com a actual e continuada integração económica europeia.

Neste contexto do dia-a-dia financeiro, identificou como relevante perceber se um indicador financeiro, que se expressa em unidade métrica, é suficiente para uma análise adequada de comparação de entidades e das tendências financeiras.

O estudo desenvolvido assentou em variáveis como o capital próprio, activo total, passivo total, vendas / volume de negócios e custos totais, consideradas das mais relevantes em termos financeiros e em termos de relato. A conjugação de algumas das variáveis permite construir o indicador financeiro “*return on Equity*”, considerado dos mais relevantes para os stakeholders.

McLeay e Stevenson (2006) concluíram que os componentes dos rácios financeiros são variáveis correlacionadas, e quaisquer efeitos de cointegração irá fazê-lo declinar rapidamente. Num determinado período no tempo, as variáveis podem crescer a uma taxa superior ou inferior à da entidade como um todo, especialmente se estiver em processo de alteração da sua estrutura financeira ou operacional. Esta divergência de transição nas tendências deterministas dentro da mesma entidade pode indiciar um desvio na relação entre as duas variáveis, quer no nível de alterações. No entanto, o genuíno rácio financeiro pode ser definido pela variação moderada em torno de um

valor esperado, e que tal relação pode ser representada por um modelo estatístico proporcional ao crescimento na empresa.

Para Brealey e Myers (1999) os rácios financeiros “são apenas um instrumento prático para resumir um grande número de dados financeiros e para comparar o desempenho das empresas. Os rácios ajudam a fazer as perguntas certas; raramente fornecem respostas.”

O estudo desenvolvido por Demerjian (2007) analisa o impacto da informação extraída de rácios financeiros na determinação do risco de crédito, com base no devedor ou nas características do contrato.

Um mutuário¹ com resultados positivos, alta rentabilidade, receitas com baixa volatilidade tendem a ter cobertura de dívida medida em cash flows.

Caso contrário, os contratos de dívida de mutuários com perdas, baixa rentabilidade e ganhos altamente voláteis são susceptíveis de incluir acordos medidos com o valor líquido do património.

No que respeita a linhas de crédito rotativas é possível que sejam incluídas condições de alavancagem.

O que permite verificar que os contratos com taxas indexadas a condições são mais informativos do risco de crédito subjacente do mutuário.

Um outro elemento relevante neste contexto é o “aperto”, que segundo o autor é definido como a distância entre o valor inicial da taxa e o seu limite máximo. De acordo com a pesquisa desenvolvida, mostra que os pactos existentes nos acordos de dívida privada se encontram em níveis reduzidos.

Neste contexto faria sentido alargar a análise aos dados informativos e às suas implicações nos “preços” praticados. Caso a análise da informação obtida através dos

¹ Pessoa ou entidade que recebe algo por empréstimo

rácios financeiros permitir o acordo entre as partes é determinado um preço para a taxa de juro, que tem impacto importante na aprovação dos contratos de financiamento. A taxa de juro da dívida permite reduzir o número de cláusulas incluídas no contrato, o que sugere, que quanto maior o nº de condições maior será a protecção ao credor.

Bhattacharya (2007) lembrou que Gilman (1925) já havia criticado a análise baseada em rácios devido aos seguintes pontos:

- As mudanças nas taxas ao longo do tempo podem não ser interpretado correctamente, pois tanto o seu numerador como o seu denominador tem subjacente uma relação ligada à actividade;
- Os rácios têm tendência para desviar a atenção do analista para determinados números que se encontram longe de serem considerados valores absolutos, que só podem ser considerados como uma visão abrangente do negócio (são considerados como “medidas artificiais que podem suprimir a realidade”).

Desta forma, não podemos assegurar que os rácios retratam as relações fundamentais de um negócio, podendo na melhor das hipóteses dar uma “visão superficial de um negócio”.

A leitura e análise da informação dada por um rácio, por si só, deverão ser efectuados com um olhar crítico e ser enquadrado em toda a sua envolvente micro e macroeconómica.

Cordeiro *et al.* (2007) efectuaram um estudo sobre os impactos em Portugal da adopção das IAS/IFRS que incidiu sobre as contas consolidadas de 39 empresas inseridas no mercado de valores da Euronext Lisboa, que foram obrigados a adoptar o seu relato às normas europeias a partir de 2005.

De acordo com os resultados obtidos da análise efectuada, a aplicação das IAS/IFRS originou algumas variações importantes, tais como:

- O balanço apresentou um aumento médio de 7 milhões de euros que corresponde a uma variação positiva de 1,50% que resultaram principalmente dos ajustamentos para activos fixos financeiros e de dívida:
 - a. Os capitais próprios apresentaram, em média, uma redução de 29 milhões de euros, representando uma variação negativa de 3,19%;
 - b. O passivo aumentou, em média, 36 milhões de euros, o equivalente a uma variação positiva de 3,42%;

- Os resultados consolidados apresentaram um aumento médio de 14,66% (1 milhão de euros), face à aplicação do POC:
 - a. Nos resultados operacionais verificou-se um aumento médio de 4 milhões de euros que corresponde a 123,13%, devido principalmente à redução dos custos operacionais em 2,18% e acompanhado, mas não proporcionalmente pela redução das receitas operacionais;
 - b. Os resultados correntes apresentam um aumento de cerca de 3 milhões de euros, equivalente a 31,52%;
 - c. Inversamente os resultados financeiros obtiveram uma redução de 29,57%;
 - d. Quando aos resultados extraordinários verificámos, igualmente, uma diminuição de 11,89%;
 - e. No que respeita ao imposto sobre o rendimento aferimos uma redução média de 1 milhão de euros, cerca de 1,94%.

Segundo os autores não é possível apurar um padrão inequívoco de comportamento das variações (absoluto e percentual), quer a nível do balanço quer a nível da demonstração dos resultados.

Face às variações verificadas, será de assumir que haverá impactos nas relações económicas e financeiras das empresas, nomeadamente, numa distorção do desempenho e das condições financeiras das empresas.

No estudo foram consideradas as variações de dois rácios vocacionados para a análise accionista, PER (Price Earning Ratio) e EPS (Earnings Per Share). Na pesquisa os

resultados obtidos sugerem, tanto com base no PER como com o EPS, uma pequena perda para os accionistas.

O PER variou 50,6 em valor o que representa uma diminuição do potencial das empresas de crescimento no mercado de valores e um aumento no nível de risco. Os rácios PER e EPS sugerem depreciação na posição de accionistas com a aplicação das IAS/IFRS.

Em conclusão, este estudo não identificou diferenças significativas na forma de adaptar a contabilidade para as normas IAS/IFRS entre as empresas, mesmo que inseridas em sectores diferentes. Por outro lado, as variações percentuais de alguns itens do balanço e da demonstração dos resultados, no seio de algumas empresas, são similares.

A PriceWaterCoopers (2009) considera que a adopção do SNC aproxima Portugal dos restantes países europeus, tendo reflexo positivo no acesso ao crédito e no processo de internacionalização. Além disso poderá conduzir a impactos relevantes nos capitais próprios, nos resultados e em rácios relevantes.

A gestão deve incluir o novo enquadramento de valorização (justo valor) e de relato financeiro nos modelos de administração de negócio. Este método de mensuração evidencia a importância das metodologias e fontes de determinação do justo valor.

O estudo desenvolvido pelo ICAEW em 2007 pretendeu aferir sobre a qualidade da informação financeira prestada pelas entidades com a adopção das IAS/IFRS. Em Portugal pensamos que, devido à proximidade entre o SNC e as IAS/IFRS, os impactos serão semelhantes, i.e., haverá uma melhoria generalizada da qualidade da informação.

Quadro 1 – Qualidade de informação financeira prestada pelas entidades com IAS/IFRS

Stakeholder	Melhorias de qualidade	Decréscimo de qualidade
Investidores	63%	24%
Preparadores	60%	14%
Auditores	80%	8%

Fonte: ICAEW – EU Implementation of IFRS and Fair Value Directive

A Comissão de Acompanhamento do Novo SNC, em analogia à adopção das IAS/IFRS em 2005 por determinadas sociedades, analisou as variações verificadas nas demonstrações financeiras de entidades que aplicaram as normas pela 1ª vez. Deste modo, a agregação os valores apurados não apresentaram desvios muito significativos, no entanto os impactos poderão variar de acordo com a entidade.

Quadro 2 – Impactos nas demonstrações financeiras das entidades com valores cotados na Euronext – Lisboa que adoptaram pela primeira vez as IAS/IFRS em 2005

Rubrica / Rácio	Aumentos	Diminuições
Activo	40%	60%
Passivo	63%	37%
Capital Próprio	54%	46%
Resultado do Período	77%	23%
Autonomia Financeira	49%	51%
Solvabilidade	46%	54%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	71%	29%

Fonte: Comissão de acompanhamento do novo SNC

Uma das grandes problemáticas identificadas prende-se com o fair value (justo valor), tendo o seu uso sido restringido às situações em que exista mercado regulado para tal, de forma a prevenir abusos na sua utilização.

Para os intervenientes, o SNC apresenta vantagens face ao POC, no relato financeiro de vertente económica distanciando-se da componente fiscal, na diminuição do risco da informação com a divulgação de muita informação detalhada, na potencial melhoria de organização interna e no potencial auxílio nos negócios pela linguagem internacional que apresenta.

3. Análise das diferenças e alterações entre os normativos contabilísticos: POC, IAS/IFRS e SNC

Neste ponto iremos analisar as principais diferenças e alterações entre os normativos POC, IAS/IFRS e SNC, nas demonstrações financeiras e nas rubricas mais relevantes para este estudo.

3.1. As Demonstrações Financeiras

O normativo contabilístico nacional actual, o Plano Oficial de Contabilidade (POC), estabelece os modelos obrigatórios para a elaboração do balanço e da demonstração dos resultados, as informações a divulgar em notas anexas. Paralelamente, esta informação consta na:

- IAS 1 (Apresentação das demonstrações financeiras);
- Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) n.º 1 do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) sobre a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras;
- Portaria n.º 986/2009. D.R. n.º 173, Série I de 2009-09-07 que aprova os modelos de demonstrações financeiras (SNC); e
- Aviso n.º 15654/2009. D.R. n.º 173, Série II de 2009-09-07, que contempla a norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (SNC).

Importa referir que, o novo SNC foi elaborado tendo o base as IAS / IFRS (de 2007), adaptadas pela UE, em Regulamento publicado pela Comissão.

Para a elaboração das demonstrações financeiras devemos ter em consideração a estrutura contabilística existente e das quais é retirada a informação, sendo que as rubricas que a compõem sofreram uma redenominação, reestruturação de valorimetria (mensuração) e adaptadas de acordo com a correspondência entre as actuais classes de contas.

Quadro 3 – Classe de contas POC versus SNC

POC	Classe de contas	SNC
Disponibilidades	1	Meios financeiros líquidos
Terceiros	2	Contas a receber e a pagar
Existências	3	Inventários e activos biológicos
Imobilizações	4	Investimentos
Capital, reservas e resultados transitados	5	Capital, reservas e resultados transitados
Custos e perdas	6	Gastos
Proveitos e ganhos	7	Rendimentos
Resultados	8	Resultados

Fonte: Borges, António; José Azevedo Rodrigues, José Miguel Rodrigues e Rogério Rodrigues (2007), *As Novas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade*. Áreas Editora.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, com a aplicação da SNC em Portugal, um conjunto completo de demonstrações financeiras que compreende (i) balanço; (ii) demonstração dos resultados; (iii) demonstração das alterações na capital próprio; (iv) demonstração dos fluxos de caixa; e (v) Anexo (divulgações de suporte à todas as referidas demonstrações)².

Em termos de demonstrações financeiras obrigatórias, podemos verificar que o novo normativo prevê a inclusão de uma demonstração das alterações no capital próprio, a obrigatoriedade da demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método directo e a obrigatoriedade de elaboração da demonstração da demonstração dos resultados por naturezas, sendo opcional a por funções (segundo a IAS é possível optar por uma das demonstrações dos resultados, por natureza ou por funções).

Quadro 4 – Demonstrações Financeiras POC versus SNC

POC	SNC
Balanço	Balanço
Demonstração dos resultados por naturezas	Demonstração dos resultados por naturezas
Demonstração dos resultados por funções	Demonstração dos resultados por funções ⁽¹⁾
Demonstração dos fluxos de caixa e anexo	Demonstração dos fluxos de caixa e anexo ⁽²⁾
	Demonstração das alterações no capital próprio
Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados	Notas às Demonstrações Financeiras

⁽¹⁾ No SNC, a elaboração da Demonstração de resultados por funções é opcional.

⁽²⁾ O SNC obriga a que a Demonstração de fluxos de caixa seja elaborado de acordo com o Método Directo.

Fonte: Borges, António; José Azevedo Rodrigues, José Miguel Rodrigues e Rogério Rodrigues (2007), *As Novas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade*. Áreas Editora.

² SNC, Estrutura Conceptual (§ 8)

Além disso, a NCRF 1 exige determinadas divulgações na face das demonstrações financeiras e permite a inserção de outras linhas de itens de acordo com o critério da entidade, que deverão ser desenvolvidas no anexo.

Os objectivos das demonstrações financeiras são³ relatar a posição financeira, o desempenho e dos fluxos de caixa que sejam úteis para a generalidade dos seus utentes no processo de tomada de decisão. Complementarmente, as notas às demonstrações financeiras auxiliam na compreensão e leitura das demonstrações financeiras.

A base da informação utilizada no cálculo dos indicadores económico-financeiros é retirada das demonstrações financeiras das sociedades e das respectivas divulgações.

A sua harmonização é evidenciada face às limitações existentes nas actuais peças financeiras, nomeadamente as seguintes:

- Prevalência do princípio do custo histórico, pelo que os valores das demonstrações financeiras não reflectem valores actuais;
- Utilização de estimativas em algumas rubricas, como é o caso das provisões e depreciações;
- Pouca exactidão de determinadas rubricas, decorrente da política seguida pela empresa (ex. revalorização do imobilizado / investimento pouco frequente);
- Por dificuldade de valorização objectiva, existem rubricas com valor financeiro que são omitidas do balanço (ex. marca, qualidade e imagem);
- A alteração de regras / princípios contabilísticos poderá por em causa a comparabilidade das peças financeiras em períodos diferentes;
- Inviabilização da comparabilidade entre empresas do mesmo sector em países diferentes derivado pela falta de uniformização contabilística a nível internacional;
- A existência de divergências de concepção entre a técnica contabilística e a financeira origina eventuais correcções às demonstrações financeiras baseadas nas informações complementares e extra-contabilísticas.

³ SNC, Estrutura Conceptual (§ 12 e 21)

Balanço

O Balanço proporciona informação sobre a posição financeira de uma entidade, numa determinada data.

O novo normativo, ao contrário do POC, apresenta de forma explícita os conceitos de activo e passivo. Deste modo, um activo é um recurso controlado por uma entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam benefícios económicos futuros. Por outro lado, um passivo é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos.

Os activos e passivos distinguem-se em correntes (realizado / liquidado no decurso normal do ciclo operacional da entidade e num prazo inferior a 12 meses) e não correntes (excluídos do ciclo operacional e prazo superior a 12 meses).

De acordo com o SNC, tal como previsto nas IAS/IFRS, apresenta uma maior agregação de contas, ao contrário do que ocorre com o POC.

Quadro 5 – Balanço: Composição do Activo e do Passivo

POC		SNC	
<i>Activo</i>			
Imobilizado		Activo não corrente	
Activo circulante		Activo corrente	
Acréscimos e diferimentos			
<i>Passivo</i>			
Provisões		Passivo não corrente	
Dívidas a terceiros - M/L Prazo		Passivo corrente	
Dívidas a terceiros - Curto prazo			
Acréscimos e diferimentos			

Fonte: Borges, António; José Azevedo Rodrigues, José Miguel Rodrigues e Rogério Rodrigues (2007), *As Novas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade*. Áreas Editora.

A apresentação do Balanço far-se-á através de um modelo vertical e único, quer para as entidades individuais, quer consolidadas. Apresenta um conteúdo mínimo, que

dependendo dos conceitos de materialidade, fiabilidade e relevância determinados pela entidade, poderão adicionar-se linhas de itens.

O activo é apresentado por ordem de liquidez crescente e o passivo por ordem de exigibilidade crescente.

Além disso, os elementos activos são apresentados em valores líquidos, havendo uma supressão dos valores brutos, amortizações, ajustamentos e imparidades, sendo a informação remetida, através da indicação da nota correspondente (divulgações) para o anexo às demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados

A demonstração dos resultados é composta pelas componentes positivas e negativas do resultado relativo ao intervalo de tempo entre as duas datas de balanço e permite avaliar o desempenho financeiro da entidade reportado a um determinado período.

O modelo, aprovado pela Portaria n.º 986/2009, apresenta uma forma vertical interligada (de acordo com a natureza dos rendimentos e gastos) e único (aplicável pelas empresas individuais e consolidadas) e ordenado em primeiro lugar pelas componentes positivas e depois pelas negativas do resultado, havendo alguns componentes que sendo de uma determinada natureza acolhem alterações de natureza contrária. Apresenta um conteúdo mínimo, permitindo, contudo, adicionar linhas de itens de acordo com os conceitos de materialidade, fiabilidade e relevância considerados pela entidade.

A terminologia de *custos e perdas* será substituída por *gastos e perdas*, com conceitos definidos nos normativos contabilísticos.

Os Gastos são diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de exfluxos ou deperecimentos de activos ou na incoerência de passivos que resultem em diminuições no capital próprio, que não sejam relacionados com as distribuições aos participantes no capital próprio. Resultam do decurso das actividades ordinárias da empresa.

Os gastos englobam as perdas que são outros itens que satisfazem a definição de gastos e podem, ou não, surgir no decurso das actividades correntes de uma entidade.

Quadro 6 – Custos e Perdas Versus Gastos e Perdas

POC	SNC
<i>Custos e perdas</i>	<i>Gastos e perdas</i>
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas
Fornecimentos e serviços externos	Fornecimentos e serviços externos
Custos com o pessoal	Gastos com o pessoal
Ajustamentos	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)
	Imparidade das dívidas a receber (perdas/reversões)
Provisões	Provisões (aumentos/diminuições)
	Imparidade dos activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)
	Aumentos/reduções de justo valor
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	Gastos/reversões de depreciação e de amortização
	Imparidade dos activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)
Impostos	
Outros custos e perdas operacionais	Outros gastos e perdas
Perdas em empresas do grupo e associadas	Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos
Juros e outros custos similares	Juros e gastos similares suportados
Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros	
Imposto sobre o rendimento do exercício	

Fonte: Borges, António; José Azevedo Rodrigues, José Miguel Rodrigues e Rogério Rodrigues (2007), *As Novas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade*. Áreas Editora.

Também o termo *proveitos* será substituído por *rendimentos*. De acordo com o normativo SNC (assente nas IAS/IFRS), rendimentos são aumentos nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de activos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio, que não sejam relacionados com as contribuições dos participantes no capital próprio.

Os rendimentos englobam réditos e ganhos. Os réditos provêm do decurso das actividades ordinárias de uma empresa, enquanto os ganhos são outros itens que satisfazem a definição de rendimentos e podem, ou não, provir de decurso das actividades ordinárias de uma entidade.

Quadro 7 – Proveitos e Ganhos Versus Rendimentos e Ganhos

POC	SNC
<i>Proveitos e ganhos</i>	<i>Rendimentos e ganhos</i>
Vendas	
Prestações de serviços	
	Vendas e serviços prestados
Subsídios à exploração	Subsídios à exploração
Ganhos em empresas do grupo e associadas	Ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos
Variação da produção	Variação nos inventários da produção
Trabalhos para a própria empresa	Trabalhos para a própria entidade
	Outros rendimentos e ganhos
	Juros e rendimentos similares obtidos
Reversões de amortizações e ajustamentos	
Outros proveitos e ganhos operacionais	
Rendimentos de participações de capital	
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações de tesouraria	
Outros juros e proveitos similares	

Fonte: Borges, António; José Azevedo Rodrigues, José Miguel Rodrigues e Rogério Rodrigues (2007), *As Novas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade*. Áreas Editora.

O conceito resultado extraordinário deixará de existir, tal como se encontra definido no POC, sendo que todos os movimentos anteriormente considerados deverão ser reclassificados de acordo natureza.

3.2. Principais efeitos nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão vocacionadas para fornecer dados históricos, no entanto, os seus utentes necessitam de informação mais abrangente (indicadores financeiros, comerciais, ligados à inovação, produtivos e outras) que permita prever o futuro e, assim, auxiliar na tomada de decisão de gestão, tendo surgido a necessidade de harmonização contabilística mundial que permita, através das suas demonstrações financeiras informação ter uma imagem transparente, verdadeira e apropriada do relato financeiro.

No ponto seguinte apresentamos em quadro síntese as principais alterações e diferenças entre os normativos POC, SNC e IAS/IFRS, com impactos no relato financeiro.

3.3. Quadro síntese das principais diferenças e alterações entre POC – SNC – IAS/IFRS

Rubrica	POC	SNC	IAS / IFRS ⁽¹⁾
Plano de contas	Definido e de aplicação obrigatória.	Definido e de aplicação obrigatória.	Não existe um plano predefinido.
Políticas contab., estimativas contab. e erros	O efeito das alterações das políticas contabilísticas são divulgados no ABDR e os erros de grande significado são considerados em resultados transitados.	As alterações das políticas contabilísticas e os erros têm aplicação retrospectiva, enquanto que as alterações das estimativas contabilísticas são aplicadas prospectivamente.	
Demonstrações Financeiras Obrigatórias	<ul style="list-style-type: none"> - Balanço; - Demonstração dos resultados por naturezas e por funções (art. 262º CSC) - Demonstração dos fluxos de caixa, pelo método directo ou indirecto (art. 262º CSC); - ABDR 	<ul style="list-style-type: none"> - Balanço; - Demonstração dos resultados por naturezas (obrigatória) e por funções (opcional); - Demonstração dos fluxos de caixa pelo método directo; - Demonstração das alterações do capital próprio; - Anexo (divulgações) 	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstração da posição financeira no final do período; - Demonstração do rendimento integral do período; - Demonstração dos fluxos de caixa do período; - Demonstração das alterações do capital próprio do período; - Notas, incluindo um resumo das políticas contabilísticas e outras notas explicativas; - Demonstração da posição financeira no início do período comparativo mais antigo quando uma entidade aplicar uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras, ou quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras. <p><i>(aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2009)</i></p>
Balanço / Dem. posição financeira	<p>Balanço:</p> <ul style="list-style-type: none"> - activo apresentado em 3 colunas (valores brutos, depreciações / ajustamentos, valores líquidos); - activo classificado por ordem crescente de liquidez; - passivo classificado por ordem decrescente de exigibilidade. 	<p>Balanço:</p> <ul style="list-style-type: none"> - activo apresentado em termos líquidos; - activos e passivos classificados em correntes e não correntes. 	<p>Demonstração da posição financeira:</p> <ul style="list-style-type: none"> - activo apresentado em termos líquidos; - activos e passivos classificados em correntes e não correntes.
	N/A	Evidência no balanço em linhas separadas de propriedades de investimento, activos biológicos e activos não correntes detidos para venda.	Evidência na demonstração da posição financeira em linhas separadas de propriedades de investimento, activos biológicos e activos não correntes detidos para venda.
	O capital próprio evidencia o capital subscrito, sendo apresentado no activo o capital a realizar.	O capital não realizado é compensado com o capital subscrito, sendo apresentado no capital próprio apenas o capital realizado.	
Demonstração dos resultados / Demonstração do rendimento integral	<p>Demonstração dos resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - por naturezas (obrigatória) e por funções (caso ultrapasse 2 dos 3 limites previstos no art. 262º do CSC); - aceita a apresentação de custos e proveitos de natureza extraordinária. 	<p>Demonstração dos resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - por naturezas (obrigatória) e por funções (opcional); - não devem ser apresentados rendimentos e gastos como elementos extraordinários. 	<p>Demonstração do rendimento integral do período:</p> <ul style="list-style-type: none"> - uma <i>única</i> demonstração do rendimento integral; ou - em <i>duas</i> demonstrações: demonstração dos resultados separada (que mostre os componentes dos lucros ou prejuízos) e demonstração do rendimento integral (começa com os lucros ou prejuízos e mostre componentes de outro rendimento integral); - não devem ser apresentados rendimentos e gastos como elementos extraordinários.
	N/A.	Os resultados com operações descontinuadas são apresentados numa linha a título informativo.	
	N/A.	Requer a apresentação separada na demonstração dos resultados dos subsídios à exploração.	Permite a apresentação como rendimentos ou como dedução de gastos, sendo apresentado pelo seu valor líquido.

Fonte: Elaboração própria

Notas:

⁽¹⁾ Apenas quando existirem diferenças significativas entre o normativo SNC e IAS / IFRS, inclui a alteração da IAS 1 por força do regulamento (CE) nº 1263/2008 da comissão de 16/12/2008

N/A - Não aplicável

Rubrica	POC	SNC	IAS / IFRS ⁽¹⁾
Demonstração dos fluxos de caixa	Opção pelo método directo ou indirecto.	É obrigatório a utilização do método directo.	Permite a adopção do método directo e do método indirecto, dando preferência ao método directo.
	Os juros pagos devem ser classificados como pagamentos relacionados com actividade de financiamento e os juros e dividendos recebidos como recebimentos relacionados com a actividade de investimento.	Os juros pagos e os juros e dividendos recebidos podem ser classificados em fluxos de caixa operacionais, e em alternativa, como pagamentos relacionados com a actividade de financiamento e como recebimentos relacionados com a actividade de investimento.	
	Omisso.	Divulgação das alterações dos critérios de determinação dos componentes de caixa e seu equivalentes.	
	Omisso.	Os fluxos de caixa de uma filial estrangeira devem ser convertidos à taxa de câmbio em vigor à data em que tais fluxos foram gerados.	
ABDR / Notas	O Anexo ao Balanço e Demonstrações dos Resultados (ABDR) não segue uma estrutura lógica e apresenta algumas omissões	Divulgações mais extensas e directamente correlacionadas com as demonstrações financeiras e outra informação relevante.	Prevê divulgações ainda mais extensas que o SNC.
	Não é requerida a apresentação de informação numérica comparativa em algumas notas do ABDR.	Devem ser apresentados comparativos para toda a informação numérica constante das demonstrações financeiras.	
Apresentação das demonstrações financeiras	Omisso.	Declaração explícita da aplicação em conformidade com o normativo.	
	Continuidade: princípio contabilístico que se traduz na intenção que a entidade não tem de entrar em liquidação ou de reduzir o volume das suas operações.	Continuidade: pressuposto que a entidade continuará a sua actividade num futuro previsível.	Continuidade: pressuposto que se trata de uma entidade em continuidade.
	Especialização / Regime do acréscimo: princípio através do qual os proveitos e custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independente do seu recebimento ou pagamento, devendo ser incluído nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.	Especialização / Regime do acréscimo: pressuposto de que os efeitos das transacções ou acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem e não quando se verifica o respectivo fluxo de caixa, sendo apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.	
	Consistência: princípio através do qual a entidade não altera as suas políticas contabilísticas de um período para o outro. Caso seja efectuada alguma alteração, deve ser alvo de divulgação e de evidênciação da não comparabilidade da informação.	Consistência: em regra geral dever-se-à manter a apresentação e classificação dos elementos das demonstrações financeiras, excepto se a alteração for exigida por norma ou exista uma alteração significativa na natureza das operações ou revisão da forma de apresentação.	
	Materialidade e agregação: princípio pelo qual as demonstrações financeiras devem evidenciar todos os elementos que sejam relevantes e que possam afectar avaliações ou decisões pelos utilizadores interessados.	Materialidade e agregação: - apresentação dos elementos materiais separados de acordo com as suas demonstrações financeiras; - eventual divulgação em separados dos elementos nas notas.	Materialidade e agregação: - apresentação dos elementos materiais separados de acordo com as suas demonstrações financeiras; - não deve ser proporcionada divulgação específica exigida pelas normas caso não seja material.
	Compensação de saldos: - omissão	Compensação de saldos: - regra geral de não compensação, excepto quando permitido nas NCRF.	Compensação de saldos: - regra geral de não compensação, excepto quando permitido nas normas.
	Informação comparativa: - informação numérica.	Informação comparativa: - informação numérica e narrativa; - reclassificação do comparativo.	
	Identificação de dem. financeiras: - não definido.	Identificação de dem. financeiras: - nome da entidade; - se as demonstrações financeiras abrangem a entidade individual ou grupo de sociedades; - data do balanço ou período de relato; - moeda de apresentação; - nível de arredondamento da moeda utilizado.	Identificação de dem. financeiras: - nome da entidade; - se as demonstrações financeiras abrangem a entidade individual ou grupo de sociedades; - data do fim do período de relato ou do período abrangido pelo relato; - moeda de apresentação; - nível de arredondamento utilizado.
	Demonstrações financeiras: - em formato horizontal; - estrutura definida e rígida.	Demonstrações financeiras: - em formato vertical e de conteúdo mínimo; - universal; - referência à nota do anexo.	Demonstrações financeiras: - em formato vertical, flexível e conteúdo mínimo; - referência à nota do anexo.

Fonte: Elaboração própria

Notas:

⁽¹⁾ Apenas quando existirem diferenças significativas entre o normativo SNC e IAS / IFRS, inclui a alteração da IAS 1 por força do regulamento (CE) nº 1263/2008 da comissão de 16/12/2008

Rubrica	POC	SNC	IAS / IFRS ⁽¹⁾
Activos fixos tangíveis	Activo Bruto:	Activo Bruto:	
	(a) N/A:	(a) aceita o justo valor como critério valorimétrico desde que as reavaliações sejam regularmente efectuadas;	
	(b) as reavaliações legais são aceites.	(b) as reavaliações legais não são aceites.	
	Depreciações:	Depreciações:	
	(a) calculadas, normalmente, de acordo com critérios fiscais com vida útil pré-definida;	(a) calculadas de acordo com a vida útil do bem. Na conversão é aconselhável verificar que vida útil remanescente dos principais bens, de modo a concluir sobre a adequabilidade das taxas que lhes são aplicadas e, caso não o sejam, ajustar as depreciações acumuladas;	
	(b) de acordo com as regras fiscais, o método a seguir é o das quotas constantes, sendo permitida a utilização do método das quotas degressivas e outros, sujeitos a prévia autorização da administração fiscal;	(b) as depreciações devem iniciar-se na data em que o bem fica disponível para uso e o método de depreciação deve reflectir o modelo de consumo dos benefícios económicos futuros;	
	(c) não contempla as depreciações por componente.	(c) contempla a depreciação por componente.	
Imparidade - De aplicação supletiva da norma IAS, no entanto não é prática em Portugal a sua aplicação. Após a tomada de decisão de capitalização de uma determinada despesa, em caso muito excepcionais se procedia a amortizações extraordinárias por imparidade.	Imparidade - Na conversão de contas devemos analisar o cadastro dos activos fixos tangíveis de forma a identificar os bens que têm um valor líquido significativo e que não de qualifiquem como activo (desreconhecimento).		
Activos não correntes detidos para venda	Omisso, de aplicação supletiva de norma IAS.	Apresentados no balanço em linha separada, sendo mensurados ao mais baixo entre o valor líquido contabilístico e o seu valor de realização e deixam de ser alvo de depreciação.	
Activos intangíveis	Permite incluir nesta rubrica os direitos e despesas de constituição, arranque e expansão.	Estes itens são contabilizados, regra geral, em gastos excepto quando dizem respeito a operações de capital em que são contabilizados como dedução no capital próprio.	
	Capitalização de despesas com formação e com publicidade e actividades promocionais. Sendo que as que respeitam a campanhas publicitárias são diferidas por três anos no mínimo.	Não é permitida a capitalização destas despesas, devendo ser reconhecidas no momento da ocorrência em gastos.	
	Permite a capitalização de despesas na fase de pesquisa, desde que se encontrem assegurados a existência e obtenção de benefícios futuros.	Os gastos com a fase de pesquisa não podem ser capitalizados.	
Imparidade de activos	Identifica a necessidade de avaliar se existe imparidade do valor do activo tangível e intangível, não apresentando os indicadores de possível perda de imparidade, sendo o seu teste de recuperabilidade efectuado anualmente. A reavaliação dos activos fixos tangíveis pode ser efectuada de acordo com o poder aquisitivo da moeda e/ou no justo valor.	Avaliar à data de cada balanço se há indicações de imparidade dos activos, que caso exista, estima-se a quantia recuperável do activo. O Goodwill é sujeito a testes de imparidade, independentemente de existirem indicadores.	
	Omisso.	Se não for possível estimar a quantia recuperável de um activo individual, deve determinar-se a quantia recuperável a quantia recuperável da unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.	

Fonte: Elaboração própria

Notas:

⁽¹⁾ Apenas quando existirem diferenças significativas entre o normativo SNC e IAS / IFRS, inclui a alteração da IAS 1 por força do regulamento (CE) nº 1263/2008 da comissão de 16/12/2008

N/A - Não aplicável

Rubrica	POC	SNC	IAS / IFRS ⁽¹⁾
Propriedades de investimento	Incluída em Investimentos Financeiros	Passam a ser apresentadas em linha separada do balanço.	
	N/A.	Opção de valorizar as propriedades de investimento (PI) pelo seu justo valor, deduzido de perdas por imparidade subsequente, deixando de ser depreciado.	
	Os ganhos são considerados em reservas de reavaliação, sendo as perdas consideradas nesta rubrica até à sua concorrência, sendo posteriormente consideradas no resultado líquido.	Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor são incluídos no resultado líquido do período .	
	Omisso.	Sempre que um activo fixo ocupado pelo seu proprietário se torna um investimento em imóveis e for registado pelo justo valor, devem ser aplicadas as respectivas normas de acordo com o período a que respeitam. As diferenças apuradas entre o valor contabilístico e o justo valor no momento da transição deve ser tratado como revalorização.	
	Omisso.	Na transferência de inventários para PI registados ao justo valor, a diferença apurada entre o valor contabilístico e o justo valor no momento da transferência deve ser reconhecida no resultado líquido.	
	Omisso.	Com a conclusão da construção ou desenvolvimento de uma PI de construção própria que será registada ao justo valor, a diferença apurada entre o justo valor na data da conclusão da obra e o valor contabilístico deve ser reconhecida no resultado líquido.	
	Omisso.	As PI em curso são activos fixos tangíveis e mensuradas ao custo de aquisição.	As PI em curso são consideradas PI , podendo ser mensuradas ao custo ou ao justo valor.
Divulgações requeridas em menor número e amplitude.	Divulgações requeridas em maior número e amplitude.		
Concentração de actividades empresariais	Na contabilização destes itens permite a adopção do método da compra ou do método da comunhão de interesses.	Na contabilização destes itens requer a utilização do método da compra. São acrescidos ao valor do investimentos os gastos com a aquisição.	Os gastos com a aquisição passam a ser levados directamente a gastos do período, após revisão da norma em 2009:
	Omisso.	Não devem ser reconhecidos passivos para planos de reestruturação de execução condicional.	
	Omisso.	Os passivos contingentes são reconhecidos na data de aquisição, desde que o seu justo valor possa ser determinado com fiabilidade.	
	" <i>Badwill</i> " ou " <i>negative goodwill</i> " - pode ser repartido pelos activos não monetários adquiridos, na proporção do justo valor destes, ou, em alternativa, ser tratado como rendimento diferido e imputado aos resultados numa base sistemática, durante um período inferior a 5 anos, a menos que seja justificado nas demonstrações financeiras um período mais extenso (até 20 anos).	" <i>Badwill</i> " ou " <i>negative goodwill</i> " - deve-se reapreciar a identificação e mensuração dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis e a mensuração do custo da concentração e, posteriormente reconhecer imediatamente este valor como.	
	Omisso.	Estão definidas regras específicas relativamente a alterações subsequentes dos activos e passivos identificáveis.	
	Omisso.	Requer o reconhecimento de activos intangíveis identificáveis, desde que o seu justo valor possa ser determinado com fiabilidade.	
	Divulgações requeridas em menor número e amplitude.	Divulgações requeridas em maior número e amplitude.	

Fonte: Elaboração própria

Notas:

⁽¹⁾ Apenas quando existirem diferenças significativas entre o normativo SNC e IAS / IFRS, inclui a alteração da IAS 1 por força do regulamento (CE) n° 1263/2008 da comissão de 16/12/2008

Rubrica	POC	SNC	IAS / IFRS ⁽¹⁾
Investimentos financeiros e consolidação de contas	Demonstrações financeiras consolidadas:	Demonstrações financeiras consolidadas:	
	(a) Uma subsidiária pode ser excluída da consolidação quando exerce uma actividade muito diferente, que a sua inclusão fosse incompatível com o objectivo de proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas;	(a) a subsidiária, mesmo que exerça uma actividade muito diferente, deve ser incluída na consolidação;	
	(b) omissis em relação à consolidação das entidades com finalidades especiais.	(b) requer, em determinadas circunstâncias, a consolidação das entidades com finalidades especiais.	
	Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:	Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:	
	(a) sempre que o investimento em sociedade deixe de ser considerado uma subsidiária, nem se considere associada ou empreendimento conjunto, deve ser registado ao seu custo de aquisição, no entanto, de acordo com uma DC, quando se interrompe a adopção do MEP, o valor contabilístico é aquele que resultar da adopção do MEP à data da interrupção;	(a) sempre que o investimento em sociedade deixe de ser considerado uma subsidiária, nem se considere associada ou empreendimento conjunto, deve ser contabilizada de acordo com as regras definidas para instrumentos financeiros;	
	(b) omissis;	(b) os direitos potenciais de voto exercíveis ou convertíveis devem entrar no cálculo da percentagem de controlo ou influência significativa;	
	(c) omissis;	(c) sempre que exista evidência de que um investimento numa associada possa ter perda por imparidade, deve ser aplicada a respectiva norma;	
(d) omissis;	(d) os prejuízos adicionais numa associada serão provisionados na medida em que a investidora tenha incorrido / comprometido em obrigações por conta da associada;		
(e) os interesses minoritários são apresentados em rubrica autónoma entre o capital próprio e o passivo.	(e) os interesses minoritários são apresentados no capital próprio.		
Relato financeiro de participações em entidades conjuntamente controladas	Não prevê a adopção do método de consolidação proporcional em contas individuais.	Permite a adopção do método de consolidação proporcional em contas individuais de empreendedores que não se encontram obrigados a consolidação de contas.	Podem ser mensurados pelo custo ou pelo justo valor.
Instrumentos Financeiros	Omissis. Aplicação supletiva da norma IAS, no entanto não conseguimos determinar a amplitude da sua aplicação.	Os critérios de reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros estão definidos.	
	Os instrumentos financeiros são valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas. Existe um DL que permite a valorização ao justo valor.	Identifica quais os instrumentos financeiros que são valorizados ao custo amortizado e outros que são valorizados ao justo valor por contrapartida de resultados.	
	Exigibilidade de diferimento das despesas com emissão de obrigações por três anos no mínimo.	Nas despesas com emissão de obrigações é utilizado o método do custo amortizado.	
	N/A	Instrumentos financeiros negociados e com cotações divulgadas publicamente - valorizados ao justo valor, sendo que as variações são registadas em resultados; Instrumentos financeiros não negociados e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável - valorizados ao custo.	Instrumentos financeiros detidos para venda - valorizados ao justo valor, sendo que as variações são registadas no capital próprio.
Divulgação de partes relacionadas	Omissis. Aplicação supletiva da norma IAS, no entanto nem sempre era seguida.	Divulgação das quantias das operações com partes relacionadas, das suas relações e dos saldos pendentes.	

Fonte: Elaboração própria

Notas:

⁽¹⁾ Apenas quando existirem diferenças significativas entre o normativo SNC e IAS / IFRS, inclui a alteração da IAS 1 por força do regulamento (CE) nº 1263/2008 da comissão de 16/12/2008

N/A - Não aplicável

Rubrica	POC	SNC	IAS / IFRS ⁽¹⁾
Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	Apresenta considerações genéricas de provisão, sujeitas a interpretação individual.	Define de forma clara os critérios para constituição de provisões.	
	Omisso e não é usual o cálculo do valor presente da obrigação.	Prevê o desconto da obrigação para o valor presente, desde que o efeito temporal seja significativo.	
	Omisso.	Indica o tratamento a dispensar aos activos contingentes.	
Benefícios dos empregados	Não aceita o método do "corredor". Os proveitos e custos actuariais são reconhecidos através de resultados.	Accepta o método do "corredor" nos ganhos e perdas actuariais, através do qual estes só devem ser reconhecidos se o seu líquido não reconhecido exceder o maior de 10% do valor presente da obrigação e 10% do justo valor dos activos do plano. Os ganhos e perdas não reconhecidos devem ser adicionados ou deduzidos ao valor do passivo de benefícios definidos. Podem ser reconhecidos directamente nos capitais próprios.	
	Requer a apresentação no activo do custo diferido por serviços passados.	Os gastos de serviços passados, ainda não reconhecido como gasto, deve ser deduzido ao passivo de benefícios definidos.	
	O resultado do período deve incluir o retorno real dos activos do plano.	O resultado do período deve incluir o retorno esperado dos activos do plano.	
	A taxa de desconto deve basear-se em obrigações de longo prazo.	A taxa de desconto deve basear-se em obrigações de alta qualidade.	
	Prevê dois tratamentos dos custos dos serviços passados de empregados no activo, a amortização sistemática ou o reconhecimento imediato como custo.	Os gastos de serviços passados podem ser identificados como benefícios já adquiridos ou ainda não adquiridos.	
	Omisso.	Determina critérios de reconhecimento de gastos com benefícios de cessação de trabalho.	
	O diferencial apurado entre o passivo de transição e o passivo que teria sido reconhecido na mesma data segundo a anterior política contabilística, é considerado em resultados transitados ou a custos diferidos, sem limite de 5 anos.	O diferencial apurado entre o passivo de transição e o passivo que teria sido reconhecido na mesma data segundo a anterior política contabilística, é reconhecido imediatamente ou como gasto numa linha recta e até 5 anos da data da adopção.	
As gratificações de balanço / participações nos lucros são consideradas uma aplicação de resultados.	Os prémios, bónus e gratificações devem ser reconhecidos como gasto no período em que o empregado prestou o serviço.		
Subsídios recebidos	Os subsídios ao investimento são relevados em proveitos diferidos.	Os subsídios relacionados com o activo são relevados no capital próprio. Caso o activo não seja depreciável ou sendo intangível tem vida útil indefinida, o subsídio é registado no capital próprio, excepto se for necessário compensar uma perda de imparidade ou se ao subsídio tiver associado o cumprimento de obrigações, este deve ser reconhecido como rendimento durante o período em que tem que cumprir essas obrigações.	Os subsídios ao investimento podem ser contabilizados: (i) como rendimento diferido para imputação sistemática a resultados com base na depreciação do activo subjacente ou não sendo depreciável durante o período em que é sujeito ao cumprimento de obrigações; e (ii) pela dedução directa do valor de aquisição do bem subsidiado.
Efeitos das variações em taxas de câmbio	As diferenças de câmbio favoráveis resultantes de dívidas de M/L prazo devem ser diferidas, caso exista expectativa razoáveis de que o ganho é reversível.	As diferenças de câmbio relativas a elementos monetários são reconhecidas como rendimentos e gastos do período em que surjam.	
	Exigibilidade de diferimento por três anos no mínimo das diferenças de câmbio desfavoráveis relacionadas com imobilizado e correspondentes ao período anterior à sua entrada em funcionamento.	As diferenças de câmbio desfavoráveis são integralmente reconhecidas no período em que surjam.	

Fonte: Elaboração própria

Notas:

⁽¹⁾ Apenas quando existirem diferenças significativas entre o normativo SNC e IAS / IFRS, inclui a alteração da IAS 1 por força do regulamento (CE) n° 1263/2008 da comissão de 16/12/2008

Rubrica	POC	SNC	IAS / IFRS ⁽¹⁾
Custos de empréstimos obtidos	A capitalização dos custos com empréstimos obtidos só se aplica nos que se destinam a imobilizações.	A capitalização dos custos com empréstimos é permitida quando relacionados com inventários e investimentos.	A nova versão das IAS/IFRS requer a capitalização dos custos com empréstimos relativos a activos qualificáveis.
	Omisso.	Suspensão da capitalização durante os períodos extensos em que o desenvolvimento seja interrompido.	
	Omisso.	Sempre sejam solicitados fundos, os custos com os empréstimos obtidos deve ser determinado pela aplicação de uma taxa de capitalização às despesas do activo qualificável.	
	Omisso.	Deve ser divulgada a política contabilística adoptada para os custos de empréstimos obtidos.	
	Omisso.	Deve ser divulgada a taxa de capitalização usada para determinar o valor dos custos dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização.	
Acontecimentos após data do balanço	Supletivamente aplica-se o normativo IAS, no entanto admite-se que não está a ser aplicado na generalidade dos casos.	Os acontecimentos após data de balanço poderão dar origem a ajustamentos nas demonstrações financeiras ou a divulgação em anexo de acordo com o tipo de acontecimento e a data de ocorrência.	

Fonte: *Elaboração própria*

Notas:

⁽¹⁾ Apenas quando existirem diferenças significativas entre o normativo SNC e IAS / IFRS, inclui a alteração da IAS 1 por força do regulamento (CE) n° 1263/2008 da comissão de 16/12/2008

4. Indicadores económico-financeiros

4.1. Enquadramento

A análise financeira pode ser definida como um conjunto de técnicas destinadas a facultar informações sobre a situação económica (análise de resultados e dos factores que os condicionam), financeira (análise de equilíbrio financeiro) e monetária (meios libertos da actividade) das entidades, tendo por base a informação contabilística e financeira, que reflecte a actividade de uma entidade num ou mais períodos económicos.

Podemos inferir que o objectivo da análise financeira é extrair dos principais documentos contabilísticos (Demonstrações Financeiras e Anexos) informação fidedigna para a análise económica e financeira da entidade e da sua evolução ao longo de um certo período de tempo, de modo a verificar se:

- Dispõe dos meios financeiros adequados às necessidades operacionais, ou pode vir a dispor deles sem criar relações de dependência perante terceiros (equilíbrio financeiro); e
- A capacidade de gerar valor ou rendimento, de modo a satisfazer todos os agentes com interesses na organização e garantir a sua sobrevivência e expansão (rendibilidade e/ou produtividade).

Neste contexto, o rácio é uma técnica de comparação entre resultados económicos e /ou financeiros, que poderá assentar numa análise estática (compara os resultados económicos e financeiros com os do Sector de actividade) ou numa análise dinâmica (compara consecutivamente os balanços ou a análise do mapa de origens e aplicações de fundos ou a análise da estrutura da demonstração dos resultados)

A informação de suporte ao cálculo dos rácios é, por norma, retirado dos principais documentos financeiros das empresas, nomeadamente das suas demonstrações financeiras (balanço, demonstração dos resultados e demonstração de fluxos de caixa). No entanto poderão ser considerados outros dados externos, tais como, dados macroeconómicos, cotações, taxas de juro e dados de empresas concorrentes.

As principais vantagens dos rácios podem ser sintetizadas em:

- O diagnóstico financeiro de uma empresa baseia-se na interligação entre liquidez, estrutura financeira e rentabilidade. Os rácios contribuem para a determinação destas performance das empresas;
- Permite retirar conclusões baseadas em dados quantificados;
- Possibilita a utilização de muita informação de forma sintética, simples e objectiva;
- Permite a análise e comparabilidade entre amostras constituídas por dados de várias empresas num determinado momento ou de uma empresa reportado em vários períodos;

No que concerne às suas desvantagens / limitações podemos referir que:

- Os rácios reflectirão as eventuais incorrecções e / ou erros das demonstrações financeiras;
- Caso ocorram determinados fenómenos específicos, os relatórios apresentados pelas empresas poderão ser suficientes para a correcta análise da base de dados;
- Possibilidade de enfiamento dos resultados dos rácios caso apenas sejam direccionados para um determinado segmento (principal) e não para a actividade global da empresa, pois esta poderá desenvolver actividades em vários segmentos de negócio;
- Eventual distorção no nível dos rácios devido à possibilidade de adoptar diferentes políticas de provisões e de amortizações por cada empresa;
- Aquando da existência de uma política de transferência de preços entre empresas no seio de um grupo económico, por questões de optimização fiscal, os preços poderão não corresponder aos custos apurados em sede de contabilidade analítica, conduzindo a que numas empresas os resultados sejam superiores e noutras inferiores ao que se verificaria caso o critério fosse os preços de mercado;
- Os rácios são instrumentos de análise, dados quantitativos que devem ser complementados por outros, como é o caso de factores qualitativos;
- A inexistência de valores de referência universais conduz a uma elevada subjectividade da análise.

A análise financeira com base em rácios, só farão sentido caso seja possível a sua comparabilidade com outras fontes de informação, nomeadamente as centrais de balanços, as associações de indústria e comércio e relatórios de contas de empresas concorrentes.

Os principais utilizadores dos rácios de análise financeira são os investidores, os accionistas, os gestores, as instituições financeiras e as finanças.

Os credores das empresas especificam, muitas vezes, certos rácios essenciais que a empresa deverá manter, como é caso de um rácio de endividamento máximo e de um rácio de liquidez geral mínimo.

4.2. Descrição dos indicadores a analisar

Os analistas financeiros analisam, entre outros, indicadores financeiros de rendibilidade, solvabilidade, autonomia financeira, endividamento e liquidez, sobre os quais recai a análise.

No nosso entender estes rácios são considerados dos mais relevantes e usuais para generalidade dos utilizadores da informação financeira e podem estar na base de decisões de investimento, de concessão de crédito e de comparabilidade entre empresas do mesmo sector em mercados nacionais e internacionais.

Além disso, estes são considerados nas análises de risco e poderão ser determinantes para a concessão de crédito o que pode comprometer a capacidade de investimento e de honrar os compromissos assumidos.

Os indicadores seleccionados para este estudo, conforme serão descritos detalhadamente neste ponto, são utilizados pelos utilizadores das demonstrações financeiras na análise da rendibilidade e retorno do investimento, da capacidade de assumir obrigações e cumprir os seus compromissos, de suporte da tomada de decisão de gestão e até na projecção de resultados futuros.

Deste modo, a aceitação e credibilidade universal dos rácios, acentua a importância das entidades aplicarem um normativo contabilístico harmonizado e assente nos mesmos princípios e as mesmas regras, para o qual Portugal caminha.

Por isso, se torna emergente a análise e consideração, visto poderem suportar decisões importante na actividade de uma sociedade quer sejam externas (banco, clientes, fornecedores) ou internas (gestores para tomada de decisão e comparabilidade) e até os seus investidores (investimento, retorno).

Em seguida analisaremos os rácios que são utilizados neste estudo, em termos de conteúdo e da sua leitura e compreensão.

4.2.1. Rácios de Rendibilidade

Os rácios de rendibilidade exprimem os fundos gerados pela empresa após remunerar os diferentes factores produtivos e liquidar os impostos que incidem sobre o rendimento das entidades, i.e., determinam a eficiência na utilização dos recursos da empresa.

São indicadores, numa óptica de curto prazo, do sucesso da gestão da empresa, ou seja, da capacidade de gerar um excedente económico com a sua actividade.

Rendibilidade dos Capitais Próprios (Rendibilidade Financeira)

Designado igualmente como ROE (*Return On Equity*), este indicador é de vertente accionista, na medida em que permite medir a rendibilidade dos capitais investidos, podendo desta forma ser utilizado como objectivo de gestão da empresa.

Este rácio também é caracterizado como o que permite comparar as taxas de rendibilidade do mercado de capitais com a rendibilidade do capital próprio, tendo em consideração o custo do financiamento.

Rácio	POC	IAS / SNC
Rendibilidade dos Capitais Próprios	$\frac{\text{Resultados Líquidos}}{\text{Capital Próprio}}$	$\frac{\text{Resultados Líquidos}}{\text{Capital Próprio}}$

Além disso, permite analisar a capacidade de autofinanciamento, que quanto maior o seu valor poderá conduzir a uma melhoria da solvabilidade da sociedade.

Rendibilidade do Activo (Rendibilidade Económica)

Este indicador também é conhecido como a taxa de retorno dos capitais investidos na empresa, ou seja, a capacidade do activo da empresa gerar lucro. Também poderá ser identificado como rendibilidade do negócio.

Permitindo, desta forma, avaliar o desempenho dos capitais totais investidos na empresa independentemente da sua origem.

Rácio	POC	IAS / SNC
Rendibilidade do Activo	$\frac{\text{Resultados Líquidos}}{\text{Activo Total Líquido}}$	$\frac{\text{Resultados Líquidos}}{\text{Activo Total Líquido}}$

Ou

Rácio	POC	IAS / SNC
Rendibilidade do Activo (ROI)	$\frac{\text{Resultados antes de juros e impostos}}{\text{Activo Total Líquido}}$	$\frac{\text{Resultados antes de juros e impostos}}{\text{Activo Total Líquido}}$

O valor deste rácio poderá ser útil na definição da estrutura de capitais ou do endividamento das empresas.

A expectativa de rendibilidade superior é limitada pela concorrência existente no mercado.

4.2.2. *Rácios de estrutura de capital e de cobertura*

Indicador que permite avaliar a forma de financiamento da empresa, se por capitais próprios ou alheios. Possibilita igualmente verificar a sua capacidade de responder às suas responsabilidades de médio e longo prazo, i.e., avaliar o risco de insolvência a longo prazo.

Autonomia Financeira

A autonomia financeira possibilita avaliar a capacidade da entidade financiar os activos através dos seus capitais próprios, sem necessidade de recorrer a financiamentos externos (esforço financeiro dos accionistas e credores).

Rácio	POC	IAS / SNC
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Activo Total Líquido}}$	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Activo Total Líquido}}$

O seu resultado varia entre o 0 e o 1 e deverá ser analisado conjuntamente com o rácio de endividamento.

Um valor baixo indica uma grande dependência da sociedade em relação aos credores, o que além dos riscos inerentes, é desvantajosa na negociação de novos financiamentos.

Por outro lado, um resultado próximo de 1, indica uma reduzida dependência da empresa a capitais alheios, reflectindo-se em valores mais baixos de encargos financeiros.

Solvabilidade

“A solvência refere-se à disponibilidade de caixa durante prazo mais longo para satisfazer os compromissos financeiros”⁴.

⁴ Referência retirada da brochura da formação à distância sobre *Passivos correntes e não correntes* da CTOC (2009).

O indicador de solvabilidade permite avaliar a capacidade da empresa fazer face aos seus compromissos assumidos e avaliar o risco, por parte dos seus credores, para futuras relações.

Este rácio encontra-se dependente do grau de cobertura do activo por capitais próprios e da capacidade da empresa de gerar lucros; e do nível do passivo.

Rácio	POC	IAS / SNC
Solvabilidade	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}}$	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}}$

Também definido, em POC, como o quociente entre o capital Próprio e a soma das dívidas a terceiros de curto prazo e de médio/longo prazo.

O indicador com valor 1 representa que o capital próprio da empresa é idêntico ao valor do seu passivo, pelo que dispõe de capitais suficientes para cobrir todos os créditos obtidos.

Se este indicador se situar abaixo dos 0,5, indica uma grande dependência da empresa aos seus credores (ex: instituições bancárias, instituições de leasing, fornecedores, etc.), uma elevada fragilidade económico-financeira e um grande risco para os seus credores.

Quanto maior o seu valor, maior é a independência da empresa face às responsabilidades assumidas, pelo que cria uma maior segurança aos seus credores caso ocorra a sua liquidação ou dissolução.

De forma a aumentar a solvabilidade, a empresa pode aumentar o autofinanciamento através de um reforço dos seus capitais próprios (entrada de capital sobre a forma de (i) prestações suplementares; ou (ii) cobertura de prejuízos; ou (iii) de aumento de capital) ou através de uma gestão que permita a redução dos activos circulantes.

Cobertura do Investimento (Imobilizado⁵) e de Encargos Financeiros

A cobertura de investimento (imobilizado) determina se a sociedade está a financiar os seus investimentos recorrendo a capitais permanentes.

Por norma, de modo a cumprir a regra do equilíbrio financeiro mínimo, este indicador deverá apresentar um valor superior a 1, contudo será necessário avaliar as características específicas da actividade da empresa a fim de estabelecer as suas necessidades de investimento em fundo de maneio.

Rácio	POC	IAS / SNC
Cobertura do Imobilizado / do Investimento	$\frac{\text{Capitais Permanentes}^{(1)}}{\text{Imobilizado Líquido}}$	$\frac{\text{Capitais Permanentes}^{(2)}}{\text{Investimentos Líquidos}^{(3)}}$

⁽¹⁾ Capital Próprio + Passivo de M/L Prazo

⁽²⁾ Capital Próprio + Passivos Não Correntes

A cobertura de encargos financeiros permite medir o grau com que a actividade de exploração consegue cobrir os encargos financeiros da empresa.

Rácio	POC	IAS / SNC
Cobertura de Encargos Financeiros	$\frac{\text{Res. Líq. antes impostos} + \text{Enc Financ. Líquidos}}{\text{Enc Financ. Líquidos}}$	$\frac{\text{Res. Líq. antes impostos} + \text{Enc Financ. Líquidos}}{\text{Enc Financ. Líquidos}}$

4.2.3. Rácios de Endividamento

Permite determinar o nível de utilização dos capitais alheios da empresa e a dependência de terceiros, das variações dos mercados capitais (ex. variação das Taxas de Juro) e da capacidade de cumprir as suas responsabilidades.

⁵ Terminologia POC.

Endividamento

Estes rácios medem o peso dos capitais alheios, aos quais a empresa recorre, face ao total do seu Activo e/ou Capital, o que permite avaliar o grau de dependência e o risco associado.

Rácio	POC	IAS / SNC
Capacidade de Endividamento	$\frac{\text{Capitais Permanentes}^{(1)}}{\text{Div a terceiros de M/L Prazo}}$	$\frac{\text{Capitais Permanentes}^{(2)}}{\text{Passivos Não Correntes}}$

⁽¹⁾ Capital Próprio + Passivo de M/L Prazo

⁽²⁾ Capital Próprio + Passivos Não Correntes

Como referência é considerado como bom um valor igual ou superior a 2, i.e., os capitais permanentes sejam pelo menos o dobro das dívidas a terceiros de M/L prazo / passivos não correntes.

Rácio	POC	IAS / SNC
Endividamento	$\frac{\text{Passivo Financeiro}}{\text{Capital Próprio} + \text{Passivo Financeiro}}$	$\frac{\text{Passivo Financeiro}}{\text{Capital Próprio} + \text{Passivo Financeiro}}$

Existem autores que defendem que este rácio se traduz no quociente entre o Passivo e o Activo Total Líquido.

O valor deste indicador pode variar, em situações normais, entre o 0 (não existe qualquer obrigação da empresa para com terceiros) e 1 (os Capitais Próprios são nulos).

Quanto maior o seu valor, maior o endividamento da entidade e como tal maior o risco de um potencial credor, pois as garantias oferecidas são menores.

Se este indicador apresentar um valor superior a 1, i.e., o Capital Próprio apresenta valores negativos, a entidade poderá encontrar-se em falência técnica.

Apesar de alguns autores referirem, no caso do indicador de endividamento, o denominador deverá incluir o total do passivo. Tal não nos parece o mais correcto,

tendo em consideração que nem todos os passivos são remunerados, como é o caso de um fornecedor conta corrente.

Debt-to-Equity

O *Debt-to-equity* é usualmente utilizado para analisar a relação entre as dívidas e os capitais próprios.

Rácio	POC	IAS / SNC
Debt-to-equity	$\frac{\text{Passivo Financeiro}}{\text{Capitais Próprios}}$	$\frac{\text{Passivo Financeiro}}{\text{Capitais Próprios}}$

Outro aspecto relevante prende-se com a maturidade dos financiamentos de capital alheio obtidos. Os de médio e longo prazo são considerados mais estáveis, no entanto envolvem um nível de risco mais elevado para o credor e são, por norma, concedidos por instituições financeiras e de locação financeira, e que rendem juros periodicamente.

Por outro lado, os financiamentos de curto prazo, disponíveis num período inferior a 1 ano, envolvem um menor risco e correspondem, entre outros, a créditos de fornecedores e a dívidas ao Estado, para os quais não há encargos financeiros na grande maioria das situações.

Desta forma a taxa de juro de curto prazo tende a ser inferior à de médio e longo prazo, devido ao nível de risco associado.

4.2.4. Rácios de liquidez ou de situação financeira

Avaliam a capacidade da empresa para cumprir com os seus compromissos financeiros de curto prazo, i.e., medem as condições de cumprimento das obrigações de natureza financeira num prazo não inferior a 12 meses.

A liquidez pode ser identificada como “a disponibilidade de caixa no futuro próximo depois de ter em conta os compromissos financeiros durante este período”⁶.

Liquidez Geral

A liquidez geral permite comparar a capacidade da empresa em realizar liquidez, excepto activo fixo, com as dívidas exigíveis no curto prazo, i.e., a sua capacidade de pagar o seu passivo de curto prazo com o seu activo de curto prazo.

Rácio	POC	IAS / SNC
Liquidez Geral	$\frac{\text{Activo Circulante}^{(1)}}{\text{Passivos de Curto Prazo}^{(2)}}$	$\frac{\text{Activo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$

⁽¹⁾ Existências + Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades

⁽²⁾ Dívidas a terceiros de Curto Prazo

Quando este indicador é superior a 1, poderá traduzir-se numa boa situação financeira no curto prazo, no entanto há autores que defendem que este valor deverá ser superior a 2. Contudo, nesta análise teremos que ponderar diversos factores que poderão influenciar os resultados obtidos e a sua leitura, como é o caso do sector em que a entidade se insere, aumentos de capital realizados e o investimento no imobilizado.

Liquidez Reduzida

A liquidez reduzida indica qual a capacidade da empresa solver os seus compromissos de curto prazo, mediante as suas disponibilidades e créditos sobre terceiros, tendo em consideração que nem todos os activos correntes (de curto prazo) são facilmente transformados em disponibilidades.

A diferença para o rácio anterior está na facto de permitir verificar o efeito do peso das existências (stocks) nos capitais circulantes.

⁶ Referência retirada da brochura da formação à distância sobre *Passivos correntes e não correntes* da CTOC (2009).

Rácio	POC	IAS / SNC
Liquidez Reduzida	$\frac{\text{Activo Circulante}^{(1)} - \text{Existências}}{\text{Passivos de Curto Prazo}^{(2)}}$	$\frac{\text{Activo Corrente} - \text{Inventários}}{\text{Passivo Corrente}}$

⁽¹⁾ Existências + Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades

⁽²⁾ Dívidas a terceiros de Curto Prazo

Há quem defenda que o valor desejável deste indicador é 1, no entanto, em determinados casos, se o seu valor for abaixo de 1 podemos estar perante uma empresa que cumpre com os seus compromissos. Caso este rácio seja superior a 1 estamos perante um *acid test*, revela uma capacidade excelente de realizar liquidez para fazer face às responsabilidades assumidas.

Liquidez Imediata

Este rácio mede a capacidade da sociedade de solver os seus compromissos de curto prazo com as disponibilidades existentes, e o seu valor ideal depende das necessidades de tesouraria inerentes à actividade específica de cada empresa.

Rácio	POC	IAS / SNC
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivos de Curto Prazo}^{(2)}}$	$\frac{\text{Meios Financeiros Líquidos}}{\text{Passivo Corrente}}$

⁽²⁾ Dívidas a terceiros de Curto Prazo

Temos que ter em consideração que a volatilidade dos activos e os passivos de curto prazo conduzem a que as medidas de liquidez se tornem desadequadas.

Geralmente este rácio tende para zero, visto que as empresas normalmente tendem a ter uma tesouraria nula (recebimentos iguais aos pagamentos do ou durante o período), i.e., não existem valores excessivos mobilizados em disponibilidades.

Estes indicadores também designados como rácios de tesouraria, permitem estabelecer uma relação entre os montantes dos capitais exigíveis a curto prazo, bem como dos

prazos de disponibilização dos referidos capitais e do prazo de exigibilidades dos segundos.

Quanto maior for o seu valor, maior será a liquidez da entidade e a probabilidade de o credor ser reembolsado do crédito concedido de curto prazo.

Será possível melhorar a liquidez de uma entidade, sem recorrer ao crédito bancário, se conseguirmos assegurar uma boa estrutura financeira que poderá resultar da diminuição do prazo médio de recebimento de clientes e do prazo médio de armazenagem (maior rotação de stock) e do aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores.

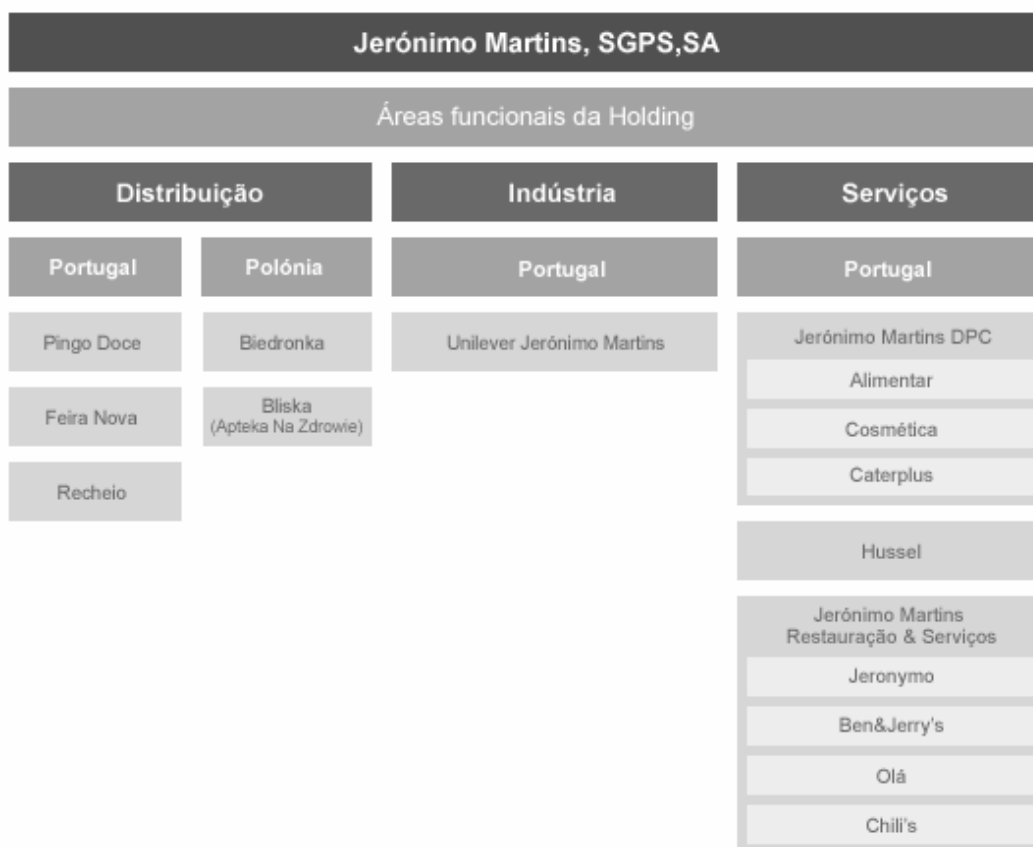
5. Estudo Empírico

5.1. Caracterização da Empresa de análise

A entidade, cujas demonstrações financeiras são objecto deste Projecto, é a Jerónimo Martins, SGPS, S.A.

Esta sociedade gestora de participações sociais detém um vasto portfólio nas áreas de distribuição alimentar em Portugal e na Polónia, do sector industrial em parceria com a Unilever, no retalho especializado e de serviços de marketing e representação, como podemos observar na sua estrutura de negócio:

Quadro 8 – Estrutura de Negócio da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, SA



Fonte: <http://www.jeronimomartins.pt>

Inicialmente denominada Jerónimo Martins Distribuição de Produtos de Consumo (JMD) esta sociedade teve a sua origem em 1792, sendo uma das sociedades em Portugal de maior dimensão na sua área de negócio.

O Grupo Jerónimo Martins dedica-se principalmente à produção, distribuição e venda de géneros alimentícios e outros produtos de grande consumo.

De forma sucinta os principais objectivos do Grupo Jerónimo Martins são a promoção da eficiência operacional, assegurar a máxima satisfação dos seus clientes, actuar de acordo com os mais elevados padrões de conduta e de responsabilidade social e conduzir os negócios através de organizações dinâmicas e flexíveis.

O Grupo ocupa a liderança no sector da distribuição alimentar em Portugal, através do **Pingo Doce** (supermercados - líder), **Feira Nova** (hipermercados e médias superfícies – terceiro operador) e **Recheio** (*cash & carry* e Plataformas de *food service* - líder). As operações nos formatos de retalho e grosso iniciaram-se entre o final da década de 70 e o início da de 80.

Em 1995, o grupo Jerónimo Martins adquiriu uma rede de *cash & carries* polacos com a insígnia Eurocash. Atingindo a liderança de mercado no retalho alimentar, em número de lojas e notoriedade da marca, através da **Biedronka**, cadeia de supermercados.

No ramo industrial, é considerado o maior Grupo de bens de grande consumo em Portugal, através da sua parceria com a Unilever, detendo a liderança em alguns mercados, nomeadamente, de azeite, margarinas, *ice-tea*, gelados e detergentes para roupa.

O portfólio do Grupo inclui uma área de negócio vocacionada para Serviços de Marketing, Representações e Restauração que representa em Portugal marcas internacionais como é o caso da cadeia de retalho especializado **Hussel** na comercialização de chocolates e confeitaria, a **Caterplus** que comercializa e distribui produtos alimentares específicos para o Food Service, e a **Jerónimo Martins Restauração e Serviços** que se dedica ao desenvolvimento de projectos no sector da restauração e que inclui a cadeia de quiosques de café **Jeronymo**, o restaurante **Chili's** e as geladarias **Ben & Jerry** e **Olá**.

5.2. Objectivo do Estudo e método de recolha de dados

O objectivo deste estudo consiste na análise do impacto da alteração do normativo contabilístico de suporte à elaboração do relato financeiro da entidade nas suas demonstrações financeiras e mais concretamente nos indicadores económico-financeiros de rendibilidade, de estrutura de capital e de cobertura, de endividamento e de liquidez ou de situação financeira.

Atendendo ao facto de este tema não ter sido explorado de forma consistente e pela dificuldade eminente de comparabilidade face a períodos económicos anteriores, torna-se premente identificar as consequências que poderão advir, a partir de 1 de Janeiro de 2010, para as entidades em Portugal aquando da sua análise económico-financeira interna ou externa.

O estudo incide sobre as contas individuais, em POC e em IAS/IFRS, da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A. dos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008.

Sendo esta sociedade cotada na Euronext Lisboa desde 1989, os seus relatórios e contas encontram-se publicados no seu site (<http://www.jeronimomartins.pt>), preparados de acordo com as normas IAS/IFRS.

A prestação de contas, segundo o normativo POC, foi obtida através da certidão de prestação de contas desses anos, visto que apesar de ser obrigada a preparar as suas demonstrações de acordo com as IAS/IFRS desde 2005, em termos fiscais continuou a ser obrigada a apresentá-las de acordo com as regras e princípios definidos em POC.

5.3. Análise de informação

Com a transposição da directiva 2003/51/CE para o normativo nacional através do Decreto-Lei n.º 35/2005, passou a ser obrigatória a elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as IAS/IFRS para, entre outras, Sociedades com valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado, como é o caso da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A.

Desta forma, a partir da data de 1 de Janeiro de 2005 a sociedade passou a estar obrigada a apresentar as suas contas de acordo com as normas IAS/IFRS, todavia permaneceu a obrigação de prestação de contas em POC para efeitos fiscais, coexistindo em sede desta sociedade os dois normativos.

Aquando da primeira aplicação das normas IAS/IFRS, foi necessário efectuar alguns ajustamentos a 1 de Janeiro de 2004, para que a informação fosse comparável entre os dois períodos (mínimo de comparabilidade da informação financeira – 1 período).

A demonstração de alterações no capital próprio de 2005 explicita as alterações que foram consideradas pela sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A. no processo de transição, conforme podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 9 – Demonstração de alterações no capital próprio (DACP) 2005: Primeira aplicação das IAS/IFRS na sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A.

JERÓNIMO MARTINS, SGPS, S.A.							
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO							
Valores expressos em milhares de euros							
	Notas	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Reservas	Resultados retidos	Total do capital próprio
Balanço em 1 de Janeiro de 2004		479.293	22.452	(6.060)	394.543	(104.050)	788.178
Reclassificação					(394.543)	394.543	-
Total de reclassificações					(394.543)	394.543	-
Justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda					734		734
Justo valor dos serviços prestados – plano de <i>stock options</i>					76		76
Custos com aumento de capital						(2.272)	(2.272)
Valor residual do JM <i>stock options trust plan</i> (adopção SIC 12 rev.)						1.402	1.402
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio					810	(870)	(60)
Resultados do exercício de 2004						32.387	32.387
Total de ganhos e perdas reconhecidas no período						32.387	32.387
Aumento de capital		150.000					150.000
Balanço em 31 de Dezembro de 2004		629.293	22.452	(6.060)	810	322.010	968.505
Balanço em 1 de Janeiro de 2005		629.293	22.452	(6.060)	810	322.010	968.505
Justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda	14				3.895	2.729	6.624
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de caixa (IAS 39)	24						
- Valor bruto					23		23
- Imposto diferido					(6)		(6)
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio					3.912	2.729	6.641
Resultados do exercício de 2005						79.418	79.418
Total de ganhos e perdas reconhecidas no período						79.418	79.418
Justo valor dos serviços prestados-plano de <i>stock options</i>	25				61		61
Anulação das opções relativas ao <i>stock options plan</i>	25				(137)	137	-
Pagamento de dividendos						(45.247)	(45.247)
Balanço em 31 de Dezembro de 2005		629.293	22.452	(6.060)	4.646	359.047	1.009.378

Fonte: Relatório e contas de 2005 da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A.

A alteração do normativo contabilístico na elaboração das demonstrações financeiras originou reclassificações de 394 milhões de euros entre a rubrica de reservas e de resultados retidos.

Com impactos directos no capital próprio, apesar de reduzida expressão global, foram considerados resultados reconhecidos directamente no capital próprio com impacto negativo de 60 mil euros e que derivam do reconhecimento ao justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda, do plano de *stock options*, do desreconhecimento como activo do custos com o aumento de capital realizado em 2004 e do valor residual do JM stock options trust plan através da adopção da SIC 12.

As peças financeiras sobre as quais incidiu o estudo elaborado foram o balanço, e a demonstração dos resultados, complementadas pelas suas divulgações.

Como analisado anteriormente, a apresentação e obrigatoriedade dos modelos de demonstrações financeiras é diferente entre os normativos contabilísticos. Exemplo desta situação, é o facto das demonstrações dos resultados elaboradas segundo o POC apresentam-se por naturezas, enquanto que segundo as IAS/IFRS a sociedade apresenta no formato por funções.

As diferenças na apresentação da informação face aos normativos aplicados são relevantes, pelo que foram tidos em consideração na determinação, conjugação e análise dos dados.

5.3.1 Balanço

Os principais componentes de um balanço são o activo (denominado de aplicações de fundos sob uma óptica financeira), o capital próprio e o passivo (que compõem as origens de fundos compostas pelo capital permanente e pelo passivo circulante).

Quadro 10 – Balanço: valores POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008

<i>Balanço</i>								
	2005		2006		2007		2008	
	POC	IAS	POC	IAS	POC	IAS	POC	IAS
Activo	1.247.927	1.251.040	1.260.857	1.268.426	1.174.550	1.175.868	1.157.922	1.157.670
Capitais Próprios	1.006.263	1.009.378	989.054	996.587	1.014.648	1.015.865	980.737	980.737
Passivo	241.664	241.662	271.802	271.839	159.902	160.003	177.185	176.933

(Valores em milhares de euros)

Em primeira análise, não se verificam variações relevantes em termos de valores globais nos componentes do balanço, resultantes da aplicação de diferentes normativos contabilísticos. No entanto regista-se uma pequena diminuição nos valores de activo entre 2005 e 2008.

Quadro 11 – Balanço: variação POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008

<i>Balanço</i>								
<i>(Valores em milhares de euros)</i>								
	2005		2006		2007		2008	
	Em valor	Em %	Em valor	Em %	Em valor	Em %	Em valor	Em %
Activo	3.113	0,2%	7.569	0,6%	1.318	0,1%	-252	0,0%
Capitais Próprios	3.115	0,3%	7.533	0,8%	1.217	0,1%	0	0,0%
Passivo	-2	0,0%	37	0,0%	101	0,1%	-252	-0,1%

Como nos é possível observar no quadro acima, o activo e o capital próprio apresentam variações positivas pela aplicação do normativo IAS/IFRS principalmente nos dois primeiros anos.

As principais razões destas variações tem origem nas políticas contabilísticas adoptadas, no reconhecimento e desreconhecimento de activos e passivos e na mensuração adoptada.

As IAS/IFRS não consideram como activo as despesas de constituição e incorridas com aumentos de capital, situação que verificamos como sendo um ajustamento da DACP no ano de 2004.

5.3.2 Demonstrações dos Resultados

A demonstração dos resultados passa a assumir um formato de apuramento de resultados e não numa óptica individual de custo e proveito.

Por norma as sociedades portuguesas, através da aplicação do POC, apresentavam preferencialmente a demonstração dos resultados por natureza (a de funções apenas é obrigatória para algumas sociedades de acordo com os limites definidos no CSC).

Na aplicação das IAS/IFRS, verificamos que a Jerónimo Martins optou por apresentar a demonstração dos resultados por funções.

Com o SNC, as sociedades passam a estar obrigadas a apresentar a demonstração dos resultados por natureza e opcionalmente poderão elaborar também a demonstração dos resultados por funções.

**Quadro 12 – Demonstração dos resultados: valores POC versus IAS/IFRS,
anos 2005 a 2008**

<i>Demonstração dos Resultados</i>								
<i>(Valores em milhares de euros)</i>								
	2005		2006		2007		2008	
	POC	IAS	POC	IAS	POC	IAS	POC	IAS
Resultados Operacionais	1.798	10.898	1.017	1.970	(3.310)	(1)	(3.391)	(1.142)
Resultados Correntes	66.554	72.681	33.292	36.705	110.990	79.764	30.976	30.341
Resultados Antes de Impostos	73.918	72.681	35.947	36.705	79.005	79.764	30.300	30.341
Resultados Líquidos	80.656	79.418	35.459	36.300	80.940	81.614	26.992	26.992
Impostos sobre os resultados correntes	(6.738)	(6.737)	487	405	(1.935)	(1.850)	3.308	3.349
EBITAD⁽¹⁾	2.680,73	11.781,07	1.896,73	2.849,54	-2.492,17	816,78	-3.319,03	-1.070,06

⁽¹⁾ **EBITAD** - Resultados Operacionais + Amortizações do Exercício + Variação das provisões
Em termos de valores IAS, consideramos que as Amortizações do Exercício e a Variação das provisões é idêntica aos valores POC, por não nos ser possível verificar a informação

Com a aplicação das normas IAS/IFRS (e também do SNC) os itens extraordinários deixam de ser expressos em linhas separadas, devendo ser classificados de acordo com a sua natureza.

Desta forma podemos observar, principalmente no ano de 2005, um diferencial elevado entre os valores dos resultados operacionais e correntes, de acordo com o normativo POC e da IAS/IFRS.

Os resultados antes de impostos, os resultados líquidos e os impostos sobre os resultados, todavia apresentam valores semelhantes.

No que respeita ao EBITAD verificamos oscilações significativas, consequência da reclassificação dos itens inclusos nos resultados operacionais.

**Quadro 13 – Demonstração dos resultados: variação POC versus IAS/IFRS,
anos 2005 a 2008**

<i>Demonstração dos Resultados</i>								
<i>(Valores em milhares de euros)</i>								
	2005		2006		2007		2008	
	Em valor	Em %	Em valor	Em %	Em valor	Em %	Em valor	Em %
Resultados Operacionais	9.100	506,2%	953	93,7%	3.309	-100,0%	2.249	-66,3%
Resultados Correntes	6.127	9,2%	3.413	10,3%	-31.226	-28,1%	-635	-2,0%
Resultados Antes de Impostos	-1.237	-1,7%	758	2,1%	759	1,0%	41	0,1%
Resultados Líquidos	-1.238	-1,5%	841	2,4%	674	0,8%	0	0,0%
Impostos sobre os resultados correntes	1	0,0%	-82	-16,9%	85	-4,4%	41	1,2%
EBITAD ⁽¹⁾	9.100	339,5%	953	50,2%	3.309	-132,8%	2.249	-67,8%

⁽¹⁾ **EBITAD** - Resultados Operacionais + Amortizações do Exercício + Variação das provisões

Em termos de valores IAS, consideramos que as Amortizações do Exercício e a Variação das provisões é idêntica aos valores POC, por não nos ser possível verificar a informação

Em termos de variação absoluta e percentual, podemos concluir que os itens que sofreram mais alterações, por adopção de sistemas normativos diferentes são os resultados operacionais, os resultados correntes e ainda o EBITAD, que reflecte igualmente os impactos subjacentes aos resultados operacionais que são parte integrante do cálculo.

No resultado líquido verificaram-se algumas oscilações mas que não apresentam regularidade ao longo do período de análise.

Subjacente às variações nas restantes rubricas podemos verificar que a aplicação das IAS/IFRS conduzem a impactos nos impostos sobre os resultados.

5.3.3 Rácios de Rendibilidade

Os rácios de rendibilidade determinam a eficiência na utilização dos recursos da empresa.

Quadro 14 – Rácios de rendibilidade: valores POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008

Rendibilidade									
	2005		2006		2007		2008		
	POC	IAS	POC	IAS	POC	IAS	POC	IAS	
- dos capitais próprios	0,08	0,08	0,04	0,04	0,08	0,08	0,03	0,03	
- do activo	0,06	0,06	0,03	0,03	0,07	0,07	0,02	0,02	
- do activo (ROI)	0,05	0,06	0,02	0,04	0,02	0,08	0,04	0,04	

A taxa de retorno dos capitais próprios da Jerónimo Martins apresenta oscilações temporais.

A aplicação de diferentes normativos não influencia significativamente os rácios de rendibilidade, como podemos observar acima.

Quadro 15 – Rácios de rendibilidade: variação POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008

Rendibilidade									
	2005		2006		2007		2008		
	Em valor	Em %	Em valor	Em %	Em valor	Em %	Em valor	Em %	
- dos capitais próprios	(0,00)	-1,8%	0,00	1,6%	0,00	0,7%	0,00	0,0%	
- do activo	(0,00)	-1,8%	0,00	1,8%	0,00	0,7%	0,00	0,0%	
- do activo (ROI)	0,01	28,3%	0,01	58,8%	0,06	266,7%	(0,00)	0,0%	

Uma das principais diferenças nas rubricas subjacentes à rendibilidade do activo (ROI) deriva da mensuração dos custos com empréstimos obtidos, dos derivados, dos instrumentos financeiros e dos efeitos das variações em taxa de câmbio, conforme explicitado no ponto 3.3.

Segundo as IAS/IFRS, os valores incluídos no custo líquido do financiamento encontram-se mensurados da seguinte forma:

- Juros de empréstimos – custo amortizado;
- Juros de derivados de cobertura – justo valor;
- Instrumentos financeiros não qualificados como cobertura – justo valor;
- Outros custos de imposto de selo por abertura de crédito e encargos de emissão de dívida de médio e longo prazo – diferidos pelo prazo do empréstimo.

Não podemos descurar o facto da sociedade operar no mercado polaco, representando cerca de metade das vendas consolidadas do grupo através das Biedronka e, desta forma, se tornar vulnerável às variações cambiais da moeda oficial, o Zloty.

5.3.4 Rácios de Solvabilidade e Autonomia Financeira

Os indicadores desta natureza permite avaliar a capacidade que a sociedade tem de cumprir as suas responsabilidades, i.e., de avaliar o seu risco de insolvência.

**Quadro 16 – Rácios de solvabilidade e autonomia financeira:
valores POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008**

<i>Solvabilidade e Autonomia Financeira</i>								
	2005		2006		2007		2008	
	POC	IAS	POC	IAS	POC	IAS	POC	IAS
- autonomia financeira	0,81	0,81	0,78	0,79	0,86	0,86	0,85	0,85
- solvabilidade	4,16	4,18	3,64	3,67	6,35	6,35	5,54	5,54
- cobertura do investimento (imobilizado)	1,25	1,27	1,05	1,24	1,28	1,35	1,28	1,36
- cobertura de encargos financeiros	49,99	(11,18)	(5,43)	(2,04)	2,49	(4,16)	(1,22)	(1,23)

O rácio de autonomia financeira da Jerónimo Martins apresenta valores próximos de 1 ao longo do período em análise, permitindo aferir uma dependência reduzida a capitais alheios.

Face ao elevado valor do indicador de solvabilidade apurado com base nas contas da Jerónimo Martins, é relevada uma grande independência da empresa face às responsabilidades assumidas e um risco mais reduzido para os seus credores.

Neste dois indicadores a aplicação de normativos contabilísticos diferentes (POC e IAS/IFRS) não tem impactos relevantes.

**Quadro 17 – Rácios de solvabilidade e autonomia financeira:
variação POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008**

<i>Solvabilidade e Autonomia Financeira</i>								
	2005		2006		2007		2008	
	Em valor	Em %	Em valor	Em %	Em valor	Em %	Em valor	Em %
- autonomia financeira	0,00	0,1%	0,00	0,2%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
- solvabilidade	0,01	0,3%	0,03	0,7%	0,00	0,1%	0,01	0,1%
- cobertura do investimento (imobilizado)	0,02	1,2%	0,19	18,0%	0,07	5,8%	0,08	6,5%
- cobertura de encargos financeiros	(61,17)	-122,4%	3,39	-62,5%	(6,64)	-267,2%	(0,01)	0,7%

No que respeita ao indicador de cobertura do Investimento (Imobilizado⁷), este apresenta um valor, ao longo dos períodos, sempre superior a 1, o que significa que os capitais permanentes da sociedade se revelam suficientes para financiar os investimentos realizados.

A pequena discrepância entre os valores obtidos com base em POC e em IAS/IFRS tem origem nos valores decorrentes dos capitais permanentes, pois, ao invés do que seria de esperar, a rubrica de investimentos líquidos (imobilizado líquido⁸) não apresenta grandes variações.

A cobertura de encargos financeiros alerta-nos para a fraca capacidade da actividade de exploração de cobrir os encargos financeiros da empresa, que revestem a natureza descrita no ponto anterior.

Tendencialmente, em IAS/IFRS, os encargos financeiros líquidos (custos líquidos de financiamento) apresentam valor negativo, i.e., os ganhos financeiros não são suficientes para suportar os encargos suportados, resultando principalmente de critérios de mensuração diferentes dos aplicados em POC.

5.3.4 Rácios de Endividamento

A análise dos rácios desta natureza permite determinar o nível dos capitais alheios e a sua capacidade de recorrer a estes em períodos futuros e ao mesmo tempo determinar

⁷ Terminologia POC.

⁸ Terminologia POC.

dependência de terceiros. Os capitais alheios podem ter origem em créditos de fornecedores de investimentos (imobilizado⁹), empréstimos bancários e obrigacionistas, suprimentos e locação financeira.

Estes indicadores são de extrema importância para o gestor (auxilia na tomada de decisão de investimento, de avaliação de risco, e de dependência dos seus credores e da eventual volatilidade das taxas de juro), do investidor (risco, retorno) e dos seus credores (capacidade da empresa possa ou não vir a cumprir com as suas obrigações e liquidar os valores em dívida nos prazos determinados).

Quadro 18 – Rácios de endividamento: valores POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008

Endividamento									
	2005		2006		2007		2008		
	POC	IAS	POC	IAS	POC	IAS	POC	IAS	
- capacidade de endividamento	6,03	5,68	5,35	5,10	8,36	7,52	10,81	9,37	
- endividamento	0,18	0,18	0,20	0,20	0,12	0,12	0,14	0,14	
- debt-to-equity	0,22	0,22	0,25	0,25	0,14	0,14	0,16	0,16	

Através da análise dos valores apurados verificamos que a Jerónimo Martins apresenta uma capacidade de financiamento relativamente elevada, isto é, tem capacidade de eventualmente, caso seja necessário, de recorrer a capitais alheios sem comprometer a sua solvabilidade e autonomia financeira.

Tendo como referencial o resultado de 2 como bom, estamos perante uma boa capacidade de financiamento, no entanto, a margem é superior pela aplicação do normativo POC.

Sendo os capitais permanentes o numerador deste rácio, importa analisar os seus componentes, o capital próprio e o passivo de M/L prazo (POC) / passivo não corrente. O capital próprio, tal como analisado no ponto 5.3.1, apresenta uma variação positiva após aplicação das IAS/IFRS, no entanto inferior a 1%. Por outro lado, devido à nova agregação da informação, o passivo não corrente engloba maior nº de itens, o que aumenta o seu peso no cálculo do referido rácio.

⁹ Terminologia POC.

O passivo não corrente inclui itens que anteriormente se encontravam devidamente individualizados no passivo, como é o caso das provisões e dos acréscimos e diferimentos (inclui impostos diferidos), o que representa num aumento superior a 5% desta rubrica face à aplicação POC.

Muitas das sociedades portuguesas não identifica com muito rigor o curto do médio/longo prazo o que distorce muitas das vezes a leitura deste rácio.

Quadro 19 – Rácios de endividamento: variação POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008

Endividamento									
	2005		2006		2007		2008		
	Em valor	Em %	Em valor	Em %	Em valor	Em %	Em valor	Em %	
- capacidade de endividamento	(0,35)	-5,9%	(0,26)	-4,8%	(0,84)	-10,0%	(1,44)	-13,3%	
- endividamento	0,00	0,2%	(0,00)	-0,2%	0,00	2,2%	0,00	1,5%	
- debt-to-equity	0,00	0,3%	(0,00)	-0,2%	0,00	2,5%	0,00	1,8%	

Como podemos observar acima, apenas o rácio da capacidade de endividamento apresenta variações relevantes, pela aplicação de diferentes normativos, sendo que os valores apurados, através de valores IAS/IFRS, são inferiores.

5.3.5 Rácios de Liquidez

Este indicador é relevante para os utentes da informação financeira interessados, principalmente, em questões de tesouraria da sociedade, i.e., na capacidade da sociedade dispor de liquidez para satisfazer os seus compromissos.

Quadro 20 – Rácios de liquidez: valores POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008

Liquidez									
	2005		2006		2007		2008		
	POC	IAS	POC	IAS	POC	IAS	POC	IAS	
- geral	11,88	38,00	3,63	34,67	387,10	224,35	5,41	14,91	
- reduzida	11,88	38,00	3,63	34,67	387,10	224,35	5,41	14,91	
- Imediata	0,07	0,06	0,04	0,03	6,25	1,14	0,85	0,80	

Tendo em consideração que a sociedade em análise não possui existências (POC) / inventários (IAS/IFRS) os rácios de liquidez geral e reduzida apresentam o mesmo valor.

Através da aplicação do normativo IAS/IFRS, os rácios de liquidez geral e liquidez reduzida apresentam valores superiores do que através do POC, apresentando em ambos os casos valores abundantemente superior a 1.

A Jerónimo Martins efectua uma gestão de risco de liquidez com o intuito de manutenção de um nível adequado de disponibilidades, que permita assegurar o desenvolvimento normal das suas actividades e assegurar alguma flexibilidade para absorver eventuais impactos exógenos à actividade, como é o caso das variações das taxas de câmbio e das taxas de juro.

Considerando o sector em que se insere, estes elevados valores apurados são normais da própria actividade.

Sendo o valor do seu activo circulante (POC) / activo corrente (IAS/IFRS) consideravelmente superior aos seus passivos de curto prazo (POC) / passivo corrente (IAS/IFRS), a sociedade apresenta um baixo risco para os seus credores de curto prazo, tendo em consideração a sua capacidade de realização dos seus activos e desta forma cumprir os seus compromissos assumidos de curto prazo.

Quadro 21 – Rácios de liquidez: variação POC versus IAS/IFRS, anos 2005 a 2008

Liquidez								
	2005		2006		2007		2008	
	Em valor	Em %	Em valor	Em %	Em valor	Em %	Em valor	Em %
- geral	26,13	220,0%	31,04	855,1%	(162,75)	-42,0%	9,51	175,8%
- reduzida	26,13	220,0%	31,04	855,1%	(162,75)	-42,0%	9,51	175,8%
- Imediata	(0,01)	-10,2%	(0,00)	-9,5%	(5,11)	-81,8%	(0,05)	-6,2%

Como podemos observar acima os rácios de liquidez geral e reduzida calculados de acordo com as normas IAS/IFRS apresentam-se percentualmente muito acima dos calculados com base nos valores POC.

Apenas o rácio de liquidez imediata não apresenta valores díspares aquando da aplicação de normativos contabilísticos diferentes. As disponibilidades (POC) / Meios Financeiros Líquidos (IAS/IFRS), apenas divergem no ano de 2006 pela existência de instrumentos financeiros derivados no valor de 347 mil euros.

Um dos factores que poderá influenciar as diferenças apuradas, diz respeito aos valores de acréscimos e diferimentos que, por se encontrarem em rubrica própria de acordo com o POC, não foram considerados no cálculo dos rácios nesse normativo. No entanto, através das IAS/IFRS, estando estes valores distribuídos de acordo com a agregação corrente e não corrente foram tidos em consideração, sendo estes valores que conhecemos ou estimamos e que iremos reconhecer no período ou no futuro.

Importa ainda referir que, os valores de acréscimos e diferimentos apresentam algumas diferenças de acordo com os normativos que são aplicados, principalmente devido à aplicação dos critérios de reconhecimento, desreconhecimento e mensuração dos activos e passivos.

5.4. Conclusões do estudo

O estudo empírico incidiu sobre as demonstrações financeiras da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A. no período de relato de 2005 a 2008, preparadas de acordo com o POC e as IAS/IFRS.

Numa primeira análise, verificámos quais as variações nas demonstrações financeiras, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados, apresentados de acordo com os dois normativos.

De forma global, os impactos verificados foram os seguintes:

Variações balanço e demonstração dos resultados				
	2005	2006	2007	2008
Balanço				
Activo	0,2%	0,6%	0,1%	0,0%
Capitais Próprios	0,3%	0,8%	0,1%	0,0%
Passivo	0,0%	0,0%	0,1%	-0,1%
Demonstração dos resultados				
Resultados Operacionais	506,2%	93,7%	-100,0%	-66,3%
Resultados Correntes	9,2%	10,3%	-28,1%	-2,0%
Resultados Antes de Impostos	-1,7%	2,1%	1,0%	0,1%
Resultados Líquidos	-1,5%	2,4%	0,8%	0,0%
Impostos sobre os resultados correntes	0,0%	-16,9%	-4,4%	1,2%
EBITAD ⁽¹⁾	339,5%	50,2%	-132,8%	-67,8%

⁽¹⁾ **EBITAD** - Resultados Operacionais + Amortizações do Exercício + Variação das provisões

Em termos de valores IAS, consideramos que as Amortizações do Exercício e a Variação das provisões é idêntica aos valores POC, por não nos ser possível verificar a informação

No balanço não verificamos variações significativas em termos de valor relativo, devendo-se salientar que o valor do seu activo e dos seus capitais próprios, segundo as IAS/IFRS, apresentam um pequeno crescimento, resultante da aplicação das regras de reconhecimento e desreconhecimento de activos e passivos e na mensuração adoptada.

Na demonstração dos resultados, as rubricas que demonstram maior alteração são os resultados operacionais e os resultados correntes. Esta provém da incorporação dos denominados “itens extraordinários” previsto em POC, em rubricas operacionais ou financeiras.

Os indicadores económico-financeiros, segundo informação de relato preparado de acordo com o POC, apresentam algumas oscilações face aos determinados de acordo com informação preparada em IAS/IFRS.

Os principais impactos verificam-se no indicador de rentabilidade do activo (ROI), nos rácios de cobertura do investimento (imobilizado) e de encargos financeiros, na capacidade de endividamento e de liquidez, conforme podemos observar abaixo.

Variações indicadores económico-financeiros				
	2005	2006	2007	2008
Rendibilidade				
- dos capitais próprios	-1,8%	1,6%	0,7%	0,0%
- do activo	-1,8%	1,8%	0,7%	0,0%
- do activo (ROI)	28,3%	58,8%	266,7%	0,0%
Solvabilidade e Autonomia Financeira				
- autonomia financeira	0,1%	0,2%	0,0%	0,0%
- solvabilidade	0,3%	0,7%	0,1%	0,1%
- cobertura do investimento (imobilizado)	1,2%	18,0%	5,8%	6,5%
- cobertura de encargos financeiros	-122,4%	-62,5%	-267,2%	0,7%
Endividamento				
- capacidade de endividamento	-5,9%	-4,8%	-10,0%	-13,3%
- endividamento	0,2%	-0,2%	2,2%	1,5%
- debt-to-equity	0,3%	-0,2%	2,5%	1,8%
Liquidez				
- geral	220,0%	855,1%	-42,0%	175,8%
- reduzida	220,0%	855,1%	-42,0%	175,8%
- Imediata	-10,2%	-9,5%	-81,8%	-6,2%

No que respeita à rendibilidade do activo (ROI), as divergências apuradas nos resultados obtidos derivam da mensuração dos custos com empréstimos obtidos, dos derivados, dos instrumentos financeiros e dos efeitos das variações em taxa de câmbio.

Os rácios de cobertura do investimento (Imobilizado¹⁰), apresenta uma diferença com origem nos valores dos capitais permanentes, pois, ao invés do que seria de esperar, a rubrica de investimentos líquidos não apresenta grandes variações, após a aplicação das regras de reconhecimento, desreconhecimento e mensuração dos activos.

Tendencialmente, encargos financeiros líquidos (custos líquidos de financiamento) apresentam valores negativos em sede de aplicação da IAS/IFRS na sociedade Jerónimo Martins, acentuando as diferenças de valores identificadas.

A capacidade de endividamento da Jerónimo Martins apresenta-se relativamente elevada., apresentando valores inferiores de acordo com as IAS/IFRS. As diferenças de

¹⁰ Terminologia POC.

valores apurados encontram-se influenciadas pela composição dos capitais permanentes e o passivo de M/L prazo (POC) / passivo não corrente.

Por último, os indicadores de liquidez apresentam valores superiores através de IAS/IFRS ao invés do POC. Um dos factores que poderá influenciar as diferenças identificadas, respeitadas aos valores de acréscimos e diferimentos que, por se encontrarem em rubrica própria de acordo com o POC, não foram considerados no cálculo dos rácios nesse normativo. No entanto, através das IAS/IFRS, estando estes valores distribuídos de acordo com a agregação corrente e não corrente, foram tidos em consideração.

Como podemos constatar a aplicação de princípios e regras subjacentes a normativos contabilísticos resultam em divergências nos valores das demonstrações financeiras e nos indicadores analisados.

6. Conclusões e Contributos do Projecto

Cada país tem a sua cultura, os seus sistemas político e jurídico, a sua economia e independência entre as normas contabilísticas e o sistema fiscal.

Neste contexto surge a necessidade de globalização de mercados, dos processos e da informação financeira.

A harmonização contabilística surge com a premência de criar um relato financeiro de cariz económico, mais distante da vertente fiscal; reduzir o risco da informação, através da transparência obtida através de políticas de divulgação mais detalhadas; melhorar a organização interna e eliminar diferenças na “linguagem internacional” potenciando os negócios.

Esta necessidade culminou na necessidade de revogar o actual sistema de normalização contabilístico, o POC, e substituí-lo a partir de 1 de Janeiro de 2010, pelo SNC que assenta nas normas IAS/IFRS.

O novo SNC altera a forma de pensar a contabilidade, face às alterações relevantes subjacentes.

Neste estudo, analisámos os impactos nas demonstrações financeiras e nos indicadores económico-financeiros decorrentes da aplicação de dois normativos em Portugal, o POC e as IAS/IFRS, tendo estas últimas sido o suporte da concepção do SNC (versão de 2007).

As sociedades não são estáticas no tempo, pelo que a análise económico-financeira de um determinado período, pressupõe um conjunto de considerações sobre as expectativas e decisões de gestão que poderão influenciar a sua compreensão.

O cálculo dos rácios são efectuados tendo por base documentos contabilísticos, cujos valores devem ser ajustados de acordo com factos patrimoniais que poderão distorcer a verdadeira situação económica e financeira das entidades, caso contrário estaremos perante algumas limitações, nomeadamente:

- ✓ Utilização do custo histórico;
- ✓ Constituição de ajustamentos e provisões de acordo com critérios fiscais ao invés dos económicos e financeiros, o que poderá levar à omissão de custos potenciais;
- ✓ Contabilização das depreciações de imobilizado, não tendo em consideração as suas revalorizações;
- ✓ Omissão de rubricas com valor financeiro por não simbolizarem um impacto contabilístico nos resultados e na situação patrimonial;
- ✓ Alteração ou utilização de regras e critérios valorimétricos que distorcem a apreensão da situação económica e financeira da empresa.

Estes indicadores são instrumentos de informação, no intuito de auxiliarem na percepção mais realista da situação económico financeira e na formulação de questões, mas não permitem a tomada de decisões, pois estas dependem de uma avaliação mais abrangente da situação pelo que está relacionada com a cultura e aspectos qualitativos organizacionais da gestão.

No estudo empírico desenvolvido, foram identificadas a existência de diferenças nos valores das demonstrações financeiras, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados, e nos indicadores económico-financeiros apresentados de acordo com o normativo contabilístico POC e IAS/IFRS. As divergências resultam da aplicação de princípios e regras distintos entre os dois normativos.

Do estudo concluiu-se que a aplicação dos normativos contabilísticos POC e IAS/IFRS (base considerada no SNC) origina resultados distintos nos valores dos rácios, permitindo aferir que o relato financeiro preparado através de POC apresenta limitações de comparabilidade face aos países europeus integrados no processo de harmonização contabilística desenvolvido pelo IASB.

Com este estudo pretendemos alertar os preparadores e utentes da informação de relato para as diferenças que existem nos valores apresentados nas demonstrações financeiras e nos rácios, relevados em análise financeira, em projecções, na comparabilidade de entidades e sectores e ainda no auxílio da tomada de decisão de investimento e de gestão.

As decisões inerentes à aplicação do novo normativo terá impactos directos no reporte financeiro obtido, devendo ser analisado com particular atenção nas sociedades mais frágeis em termos de liquidez e que apresentam um grande dependência dos seus credores, o que poderá originar uma menor capacidade de negociação e de competitividade.

Deste modo é expectável, que principalmente neste primeiro período de transição não seja possível manter os mesmos princípios e regerem-se por indicadores determinados no passado, pois apresentar-se-ão não comparáveis e sem leitura.

Tendo este estudo incidido no relato de apenas uma sociedade que adoptou as IAS/IFRS em 2005 por imposição legal, encontra-se inserida num determinado sector e actividade, não nos sendo possível generalizar os resultados obtidos, visto que o sector em que se insere, a actividade desenvolvida e os princípios e políticas adoptados por cada sociedade poderá influenciar os resultados obtidos.

As normas IAS/IFRS aplicadas na União Europeia sofreram actualizações durante o ano de 2008 e 2009, pelo que a actual legislação SNC apresenta divergências por ter como base as normas IAS/IFRS em vigor em 2007. Haverá na nossa opinião duas alternativas, para que seja mantido o objectivo de aproximação do normativo português ao europeu, alterar já o normativo SNC, antes da apresentação das primeiras demonstrações financeiras, ou aguardar o primeiro relato financeiro e introduzir gradualmente as alterações aprovadas pelo IASB.

Finalmente, concluímos que será relevante analisar empiricamente os impactos no relato das sociedades após a adopção do SNC em 2010 e alargar o estudo a várias entidades inseridas no mesmo sector e até sociedades que se encontram inseridas em sectores diferentes de forma a apreender se os impactos da introdução do normativo SNC divergem dos obtidos na transição entre POC e IAS/IFRS. Ter em atenção que poderá existir alterações aquando da comparação das normas IAS/IFRS e as que integram o SNC.

Esta análise poderá ser complementada com o estudo das alterações nas políticas contabilísticas adoptadas, no resultado líquido obtido e na carga fiscal subjacente.

Bibliografia

Livros:

Borges, António, Azevedo Rodrigues e José Morgado (2004), *Contabilidade e Finanças para a Gestão*. Lisboa, Portugal. Áreas Editora.

Borges, António; José Azevedo Rodrigues, José Miguel Rodrigues e Rogério Rodrigues (2007), *As Novas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade*. Áreas Editora.

Brealey, Richard A. e Stewart C. Myers (1999), *Princípios de Finanças Empresarias*. Macgraw Hill.

Carvalho, José Crespo de (2004), *A lógica da logística*. Lisboa, Portugal. Edições Sílabo, Lda.

Cohen, Ellie (1996), *Análise Financeira*. Lisboa. Editorial Presença.

Nabais, Carlos e Francisco Nabais (2005), *Prática Financeira – Análise Económica & Financeira*. Lidel – Edições técnicas.

Neves, João Carvalho das (2004), *Análise Financeira – Técnicas Fundamentais*. Texto Editora.

Rodrigues, João (2005), *Adopção em Portugal das Normas Internacionais de Relato Financeiro*. Áreas Editora.

Rodrigues, João (2009), *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Porto Editora.

Imprensa e artigos:

Ball, Ray (2005), *International Financial Reporting Standards (IFRS): Pros and Cons for Investors*, Accounting and Business Research, Forthcoming.

Barth, Mary E.; Landsman, Wayne R. e Lang, Mark H. (2007), *International Accounting Standards and Accounting Quality*, Stanford University Graduate School of Business Research Paper No. 1976.

Bhattacharya, Hrishikes (2007), *Advent, Development and Use of Ratios - A Managerial Perspective*, Working Paper Series, <http://papers.ssrn.com>

Cantoni, Emiliano e Silvi, Riccardo (2007), *Future Financial Distress and Ratios Informative Capability: Empirical Evidence from the Italian Food & Beverage Industry*, Working Paper Series, <http://papers.ssrn.com>

Cordeiro, Ruben; Couto, Gualter e Silva, Francisco J.F. (2007), *Measuring the Impact of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Firm Reporting: The Case of Portugal* Working Paper Series, <http://papers.ssrn.com>

Dargenidou, Christina; Mcleay, Stuart e Raonic, Ivana (2006), *Expected earnings growth and the cost of capital: an analysis of accounting regime change in the european financial market*, Cass Business School Research paper, <http://papers.ssrn.com>

Demerjian, Peter R. W. (2007), *Financial Ratios and Credit Risk: The Selection of Financial Ratio Covenants in Debt Contracts*, Stephen M. Ross School of Business University of Michigan, Working Paper Series, <http://papers.ssrn.com>

Diaconu, Paul (2007), *Impact of Globalization on International Accounting Harmonization*, Working Paper Series, <http://papers.ssrn.com>

Guimarães, Joaquim (2009), *O Controlo de Aplicação das Normas (Enforcement) no SNC*. Revista Electrónica INFOCONTAB nº 47 de Outubro de 2009.

Grosu, Veronica (2009), *The Financial Economical Information - Source of Communicational Development and International Level*, Working Paper Series, <http://papers.ssrn.com>

Haskins, Mark E. (2002), *Ratios tell a story: 2001*, Darden Business Publishing – University of Virginia

Ioannides, Christos; Peel, David e Peel, Michael (2003), *The Time Series Properties of Financial Ratios: Lev Revisited*, Journal of Business Finance and Accounting 30, 699-714.

Mates, Dorel; Hlaciuc, Elena; Grosu, Veronica; Socoliuc, Marian; Iancu, Eugenia e Irina, Chirita (2009), *Balance Sheet - Expression of Financial Condition and Communication at International Level*, Working Paper Series, <http://papers.ssrn.com>

Mcleay, Stuart e Stevenson, Maxwell (2006), *Modelling the Longitudinal Properties of Financial Ratios of European Firms*, Institute for International Integration Studies, IIS Discussion Paper

Petreski, Marjan (2006), *The Impact of International Accounting Standards on Firms*, AAA 2006 Financial Accounting and Reporting Section (FARS) Meeting Paper, <http://papers.ssrn.com>

SNC vai ter impacto positivo no acesso ao crédito e na internacionalização, Vida Económica nº 1303, de 26/06/2009, Suplemento Contabilidade & Empresas, 18-19.

Tippett, Mark e Whittington, Geoffrey (1995), *An Empirical Evaluation of an Induced Theory of Financial Ratios*, Accounting and Business Research 25, 208-222.

Whittington, Geoffrey e Mark Tippett (1999), *The Components of Accounting Ratios as Co-integrated Variables*, Journal of Business Finance and Accounting 26, 1245-1273.

Referências retiradas da internet:

JERÓNIMO MARTINS, SGPS, S.A., Relatório & Contas da sociedade a 31 de Dezembro de 2005,

http://www.jeronimomartins.pt/pt/relacoes_investidores/documents/jmh_consolidado_2005.pdf

JERÓNIMO MARTINS, SGPS, S.A., Relatório & Contas da sociedade a 31 de Dezembro de 2006,

http://www.jeronimomartins.pt/pt/relacoes_investidores/documents/jmh_consolidado_2006.pdf

JERÓNIMO MARTINS, SGPS, S.A., Relatório & Contas da sociedade a 31 de Dezembro de 2007,

http://www.jeronimomartins.pt/pt/relacoes_investidores/documents/jmh_consolidado_2007.pdf

JERÓNIMO MARTINS, SGPS, S.A., Relatório & Contas da sociedade a 31 de Dezembro de 2008,

http://www.jeronimomartins.pt/pt/relacoes_investidores/documents/jmh_consolidado_2008.pdf

ANEXOS

Balanco individual da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (POC)

Activo Líquido

ACTIVO	(em milhares de euros)			
	2005	2006	2007	2008
	Activo líquido	Activo líquido	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	1.515	757	-	-
Despesas de investigação e desenvolvimento	-	11	18	48
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	-	-
Trespases	-	-	-	-
Imobilizações em Curso	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-
	<u>1.515</u>	<u>768</u>	<u>18</u>	<u>48</u>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	84	71	58	151
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	29	-	-
Ferramentas e utensílios	-	-	-	-
Equipamento administrativo	138	85	48	245
Outras imobilizações corpóreas	96	64	63	63
Imobilizações em curso	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	-	-	-
	<u>319</u>	<u>250</u>	<u>170</u>	<u>459</u>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do Grupo	240.360	246.877	265.977	213.447
Empréstimos a empresas do Grupo	690.190	883.574	631.743	628.334
Partes de capital em outras empresas associadas	-	-	-	-
Empréstimos a outras empresas associadas	-	-	-	-
Títulos e outras aplicações financeiras	32.921	23.820	5.634	4.059
Outros empréstimos concedidos	-	-	-	-
Imobilizações em curso	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	-
	<u>963.471</u>	<u>1.154.271</u>	<u>903.354</u>	<u>845.839</u>
CIRCULANTE				
Existências:				
Matérias primas subsidiárias e de consumo	-	-	-	-
Economato	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
Mercadorias	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Cientes, c/c	-	-	-	-
Cientes-Títulos a receber	-	-	-	-
Cientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
Empresas do Grupo	164.199	-	150.000	150.000
Empresas Participantes e Participadas	-	-	-	-
Outros Accionistas (Socios)	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-
Outros devedores	-	-	-	-
Subscritores de capital	-	-	-	-
	<u>164.199</u>	<u>-</u>	<u>150.000</u>	<u>150.000</u>
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Cientes, c/c	2.309	524	526	593
Cientes-Títulos a receber	-	-	-	-
Cientes-Letras protestadas	-	-	-	-
Cientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
Empresas do Grupo	100.791	82.966	101.319	102.706
Empresas participadas e participantes	-	-	-	-
Outros accionistas (sócios)	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	93	120	217	229
Outros devedores	1.686	8.529	1.182	689
Subscritores de capital	-	-	-	-
	<u>104.879</u>	<u>92.138</u>	<u>103.244</u>	<u>104.217</u>
Títulos negociáveis:				
Acções em empresas associadas	-	-	-	-
Obrigações em empresas associadas	-	-	-	-
Outros títulos negociáveis	-	-	-	31.709
Outras aplicações de tesouraria	1.440	870	4.100	15.485
	<u>1.440</u>	<u>870</u>	<u>4.100</u>	<u>47.194</u>
Depósitos bancários e caixa:				
Depositos bancários	34	26	49	76
Caixa	8	9	7	8
	<u>42</u>	<u>35</u>	<u>56</u>	<u>84</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	3.846	5.054	4.531	3.525
Custos diferidos	995	896	507	915
Activos por Impostos Diferidos	7.221	6.574	8.570	5.640
	<u>12.062</u>	<u>12.525</u>	<u>13.608</u>	<u>10.080</u>
Total do activo	<u>1.247.927</u>	<u>1.260.857</u>	<u>1.174.550</u>	<u>1.157.922</u>

Fonte: Certidão de Prestação de contas dos anos de 2006 a 2008 da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A. solicitado através do site <https://www.portaldapempresa.pt/>

Balanco individual da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (POC)

Capital Próprio e Passivo

	(em milhares de euros)			
	2005	2006	2007	2008
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	629.293	629.293	629.293	629.293
Acções (quotas) próprias - Valor nominal	(859)	(859)	(859)	(859)
Acções (quotas) próprias - Descontos e prémios	(5.201)	(5.201)	(5.201)	(5.201)
Prestações Suplementares	-	-	-	-
Prémios de emissão de acções (quotas)	22.452	22.452	22.452	22.452
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	1	1	-	-
Reservas de reavaliação	1.638	1.638	1.638	1.638
Reservas:	-	-	-	-
Reservas legais	35.316	39.287	41.102	45.183
Reservas estatutárias	-	-	-	-
Reservas contratuais	-	-	-	-
Outras reservas	242.830	266.984	245.284	261.241
Resultados transitados	137	-	-	-
	<u>925.607</u>	<u>953.595</u>	<u>933.708</u>	<u>953.746</u>
Resultado líquido do exercício	80.656	35.459	80.940	26.992
Dividendos antecipados	-	-	-	-
Total do capital próprio	<u>1.006.263</u>	<u>989.054</u>	<u>1.014.648</u>	<u>980.737</u>
PASSIVO				
Provisões para riscos e encargos:	-	-	-	-
Provisões para pensões	14.527	14.647	14.342	14.317
Provisões para impostos	-	-	-	-
Outras provisões	12	14	-	129
	<u>14.540</u>	<u>14.660</u>	<u>14.342</u>	<u>14.445</u>
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:				
Empréstimos por obrigações - convertíveis	-	-	-	-
Empréstimos por obrigações - não convertíveis	90.000	90.000	110.000	70.000
Empréstimos por Títulos de Participação	-	-	-	-
Dívidas a instituições de crédito	110.000	137.206	27.828	30.000
Adiantamentos por Conta de Vendas	-	-	-	-
Fornecedores, c/c	-	-	-	-
Fornecedores -Facturas em Recepção e Conferência	-	-	-	-
Fornecedores de Imobilizado -Títulos a Pagar	-	-	-	-
Empresas do Grupo	-	-	-	-
Empresas Associadas	-	-	-	-
Empresas Participantes e Participadas	-	-	-	-
Outros accionistas (Sócios)	-	-	-	-
Adiantamento de Clientes	-	-	-	-
Outros empréstimos obtidos	-	-	-	-
Fornecedores de imobilizado, c/c	10	10	7	5
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-
Outros Credores	-	-	-	-
	<u>200.010</u>	<u>227.216</u>	<u>137.835</u>	<u>100.005</u>
Dívidas a terceiros - Curto prazo:				
Empréstimos por obrigações :				
Convertíveis	-	-	-	-
Não convertíveis	-	-	-	-
Empréstimos por títulos de participação	-	-	-	-
Dívidas a instituições de crédito	22.021	25.000	28	55.000
Adiantamentos por conta de vendas	-	-	-	-
Fornecedores, c/c	301	377	448	320
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	-	-	-	-
Fornecedores -Títulos a pagar	-	-	-	-
Fornecedores de imobilizado -Títulos a pagar	-	-	-	-
Empresas do Grupo	37	28	-	-
Empresas participadas e participantes	-	-	-	-
Outros accionistas (sócios)	7	8	8	8
Adiantamento de clientes	-	-	-	-
Outros empréstimos obtidos	-	-	-	-
Fornecedores de imobilizado, c/c	45	18	10	8
Estado e outros entes públicos	361	200	171	156
Outros credores	8	1	0	266
	<u>22.779</u>	<u>25.631</u>	<u>665</u>	<u>55.758</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de custos	3.885	3.990	6.760	6.726
Proveitos diferidos	-	-	-	-
Passivos por Impostos diferidos	450	305	299	250
	<u>4.335</u>	<u>4.295</u>	<u>7.059</u>	<u>6.976</u>
Total do passivo	<u>241.664</u>	<u>271.802</u>	<u>159.902</u>	<u>177.185</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>1.247.927</u>	<u>1.260.857</u>	<u>1.174.550</u>	<u>1.157.922</u>

Fonte: Certidão de Prestação de contas dos anos de 2006 a 2008 da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A. solicitado através do site <https://www.portaldaempresa.pt/>

**Demonstração dos resultados individual por naturezas da sociedade
Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (POC)**

Custos e Perdas

	2005		2006		2007		(em milhares de euros) 2008	
CUSTOS E PERDAS								
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:								
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-	-
Matérias	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	4.275,68	4.275,68	4.565,54	4.565,54	6.016,14	6.016,14	6.137,17	6.137,17
Custos com o pessoal:								
Remunerações	4.296,15		4.594,69		4.439,68		4.967,96	
Encargos Sociais:								
Pensões	155,94		915,86		537,72		822,97	
Outros	953,71	5.405,80	891,43	6.401,98	853,51	5.830,91	754,78	6.545,71
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	883,07		878,42		817,78		71,94	
Ajustamentos	-		-		-		-	
Provisões	-	883,07	1,11	879,54	-	817,78	-	71,94
Impostos	149,34		404,14		248,01		349,78	
Outros custos e perdas operacionais	48,72	198,05	63,85	467,99	80,64	328,66	72,17	421,94
(A)		10.762,61		12.315,05		12.993,49		13.176,76
Perdas relativas a empresas associadas	-		-		-		-	
Amort. e Ajust. aplicações e investimentos financeiros	130,43		111,96		74,50		54.646,26	
Juros e custos similares:								
Relativos a empresas associadas	-		-		-		-	
Outros	6.352,49	6.482,92	17.210,74	17.322,70	18.099,99	18.174,49	19.138,59	73.784,85
(C)		17.245,53		29.637,75		31.167,98		86.961,61
Custos e perdas extraordinários		774,01		742,65		50.181,54		50.181,54
(E)		18.019,54		30.380,40		81.349,52		137.143,14
Imposto sobre o rendimento do exercício		(6.737,66)		487,38		(1.934,96)		3.308,11
(G)		11.281,88		30.867,78		79.414,56		140.451,25
Resultado líquido do exercício		80.656,08		35.459,14		80.940,15		26.991,55
		91.937,96		66.326,91		160.354,71		167.442,80
Resultados operacionais: (B)-(A)		1.797,66		1.017,20		(3.309,95)		(3.390,96)
Resultados financeiros: (D)-(C-A)		64.755,97		32.275,00		114.299,80		34.366,58
Resultados correntes: (D)-(C)		66.553,63		33.292,20		110.989,85		30.975,62
Resultados antes de impostos: (F)-(E)		73.918,42		35.946,52		79.005,19		30.299,66
Resultado líquido do exercício: (F)-(G)		80.656,08		35.459,14		80.940,15		26.991,55

Fonte: Certidão de Prestação de contas dos anos de 2006 a 2008 da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A. solicitado através do site <https://www.portaldaempresa.pt/>

**Demonstração dos resultados individual por naturezas da sociedade
Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (POC)**

Proveitos e Ganhos

PROVEITOS E GANHOS	2005		2006		2007		2008	
	<i>(em milhares de euros)</i>							
Vendas								
Mercadorias	-		-		-		-	
Prestações de serviços	12.269,77	12.269,77	13.203,22	13.203,22	9.569,46	9.569,46	9.652,65	9.652,65
Proveitos suplementares	103,07		129,03		-		-	
Subsídios à exploração	-		-		-		-	
Outros proveitos e ganhos operacionais	-		-		-		-	
Reversões de Amortizações e Ajustamentos (B)	187,42	290,49	-	129,03	114,08	114,08	133,15	133,15
		12.560,27		13.332,25		9.683,54		9.785,79
Ganhos de Participações de Capital:								
Relativos a empresas associadas	-		-		-		-	
Rendim. de participações de capital	52.114,97		26.973,65		40.368,09		73.583,71	
Rend. de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:								
Relativos a empresas do grupo	-		-		-		-	
Outros	12,30		6,79		59,64		55,45	
Outros juros e proveitos similares:								
Relativos a empresas do grupo	11.262,44		11.007,15		20.881,46		29.034,35	
Outros	7.849,18	71.238,89	11.610,11	49.597,70	71.165,10	132.474,29	5.477,91	108.151,43
(D)		83.799,16		62.929,95		142.157,83		117.937,22
Proveitos e ganhos extraordinários		8.138,80		3.396,97		18.196,88		14,13
(F)		91.937,96		66.326,91		160.354,71		117.951,35

Fonte: Certidão de Prestação de contas dos anos de 2006 a 2008 da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A. solicitado através do site <https://www.portaldaempresa.pt/>

Balanco individual da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (IAS/IFRS)

(em milhares de euros)

	2005	2006	2007	2008
	<u>Activo líquido</u>	<u>Activo líquido</u>	<u>Activo líquido</u>	<u>Activo líquido</u>
ACTIVO				
Activos não correntes:				
Activos fixos tangíveis	319	249	170	459
Activos intangíveis	-	11	18	48
Propriedades de investimento	2.470	2.470	2.470	2.470
Partes de capital em empresas do Grupo	234.074	240.529	259.628	207.098
Partes de capital em Joint-ventures	6.285	6.349	6.349	6.349
Empréstimos a empresas do Grupo	690.601	719.375	595.695	589.722
Empréstimos a Joint-ventures	164.199	164.199	186.048	188.612
Investimentos financeiros disponíveis para venda	35.080	29.557	4.380	1.589
Instrumentos financeiros derivados	-	331	585	-
Impostos diferidos activos	7.221	6.658	8.570	5.640
Total dos activos não correntes	<u>1.140.249</u>	<u>1.169.728</u>	<u>1.063.913</u>	<u>1.001.987</u>
Activos correntes:				
Impostos a recuperar	93	120	217	229
Empréstimos a empresas do grupo	100.000	82.661	100.121	101.378
Devedores e acréscimos e diferimentos	9.216	15.012	7.114	6.798
Instrumentos financeiros derivados	-	-	347	-
Caixa e equivalentes de caixa	1.482	905	4.156	47.278
Total dos activos correntes	<u>110.791</u>	<u>98.698</u>	<u>111.955</u>	<u>155.683</u>
Total do activo	<u>1.251.040</u>	<u>1.268.426</u>	<u>1.175.868</u>	<u>1.157.670</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	629.293	629.293	629.293	629.293
Prémios de emissão	22.452	22.452	22.452	22.452
Acções próprias	(6.060)	(6.060)	(6.060)	(6.060)
Reservas	4.646	8.344	1.310	(480)
Resultados retidos	359.047	342.558	368.870	335.532
Total do capital próprio	<u>1.009.378</u>	<u>996.587</u>	<u>1.015.865</u>	<u>980.737</u>
PASSIVO				
Passivos não correntes:				
Empréstimos obtidos	200.009	227.216	137.835	100.005
Instrumentos financeiros derivados	1.296	1.343	3.561	2.773
Benefícios concedidos a empregados	14.527	14.647	14.342	14.445
Provisões	12	14	-	-
Impostos diferidos passivos	450	305	299	250
Total dos passivos não correntes	<u>216.294</u>	<u>243.525</u>	<u>156.037</u>	<u>117.473</u>
Passivos correntes:				
Credores e acréscimos e diferimentos	2.954	3.097	3.758	4.296
Empréstimos obtidos	22.054	25.017	37	55.008
Impostos a pagar	360	200	171	156
Total dos passivos correntes	<u>25.368</u>	<u>28.314</u>	<u>3.966</u>	<u>59.460</u>
Total do passivo	<u>241.662</u>	<u>271.839</u>	<u>160.003</u>	<u>176.933</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>1.251.040</u>	<u>1.268.426</u>	<u>1.175.868</u>	<u>1.157.670</u>

Fonte: Relatórios e Contas Consolidados dos anos de 2005 a 2008 da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A. retirado do site <http://www.jeronimomartins.pt>

**Demonstração dos Resultados individual por funções da sociedade
Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (IAS/IFRS)**

(em milhares de euros)

	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>
Prestações de serviços	13.253	14.087	11.900	12.263
Custos das prestações de serviços	<u>(7.612)</u>	<u>(8.327)</u>	<u>(8.715)</u>	<u>(8.981)</u>
Resultados Brutos	5.641	5.760	3.185	3.282
Outros proveitos e ganhos operacionais	127	188	132	152
Custos administrativos	(1.527)	(1.988)	(2.534)	(2.636)
Outros custos e perdas operacionais	(1.051)	(1.990)	(1.407)	(1.940)
Resultados operacionais não usuais	<u>7.708</u>	<u>-</u>	<u>623</u>	<u>-</u>
Resultados Operacionais	10.898	1.970	(1)	(1.142)
Custos líquidos de financiamento	(5.966)	(12.087)	(15.465)	(13.600)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	66.714	42.361	77.173	47.199
Ganhos (perdas) em outros investimentos	<u>1.035</u>	<u>4.461</u>	<u>18.057</u>	<u>(2.116)</u>
Resultados correntes	72.681	36.705	79.764	30.341
Impostos sobre os resultados correntes	<u>6.737</u>	<u>(405)</u>	<u>1.850</u>	<u>(3.349)</u>
Resultados líquidos	79.418	36.300	81.614	26.992
Resultado básico por ação (euros)	0,632	0,058	0,130	0,043
Resultado básico diluído por ação (euros)	0,632	0,058	0,130	0,043

Fonte: Relatórios e Contas Consolidados dos anos de 2005 a 2008 da sociedade Jerónimo Martins, SGPS, S.A. retirado do site <http://www.jeronimomartins.pt>